

PREGÃO 90022/2026

Contratação de solução de backup de dados, compreendendo aquisição de licenças, renovação das subscrições de suporte e atualização das licenças da solução de proteção de dados Commvault vinculadas ao Commcell ID FCDF9 e treinamento.

Valor: **R\$ 14.776.123,80** (quatorze milhões, setecentos e setenta e seis mil, cento e vinte e três reais e oitenta centavos) **para 5 anos**

Dia 26/06/2026 às 10 h (horário de Brasília)

UASG: 200100

Menor preço do grupo, sistema aberto e fechado

Licitação não exclusiva para ME's e EPP's



ADMINISTRAÇÃO

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA
Secretaria de Administração/SG
Subsecretaria de Licitações e Dispensas Eletrônicas/SA

SEÇÃO 1 – DO OBJETO.....	5
SEÇÃO 2 – DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	6
SEÇÃO 3 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	7
SEÇÃO 4 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	8
SEÇÃO 5 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	9
SEÇÃO 6 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LAN- CES.....	10
SEÇÃO 7 – DA FASE DE JULGAMENTO DA PROPOSTA.....	12
SEÇÃO 8 – DA FASE DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE.....	14
SEÇÃO 9 – DOS RECURSOS.....	18
SEÇÃO 10 – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	19
SEÇÃO 11 – DA CONTRATAÇÃO.....	21
SEÇÃO 12 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	21
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.....	22
1 – DEFINIÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO.....	22
2 – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO.....	24
3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.....	25
4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.....	25
Sustentabilidade.....	26
Indicação de marcas e modelos (art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021.....	26
Requisitos de segurança e privacidade.....	26
Dos requisitos de segurança dos ativos de tecnologia da informação.....	26
Subcontratação.....	26
Garantia da contratação.....	27
Vistoria.....	27
Consórcio.....	27
5 – EXECUÇÃO DO OBJETO.....	28
Condições de execução.....	28
Local da prestação dos serviços.....	29
Da prestação dos serviços.....	29
Rotinas a serem cumpridas.....	30
Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)	30
6 – GESTÃO DO CONTRATO.....	30
7 – CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO, FATURAMENTO E PAGAMENTO.....	32
7.13. Do recebimento.....	33
7.14. Do faturamento.....	35

7.15. Das condições de pagamento.....	35
8 – SELEÇÃO DO FORNECEDOR.....	36
9 – ESTIMATIVA DO PREÇO.....	37
10 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	38
ANEXO A1 – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.....	39
3. Mecanismos formais de comunicação.....	40
4. Do perfil e da qualificação técnica dos profissionais da CONTRATADA.....	40
5. Da iniciação contratual.....	41
6. Plano de sustentação e transição contratual.....	42
7. Da integração com outras CONTRATADAS e equipes do CONTRATANTE.....	42
8. Especificações técnicas.....	43
9. Do suporte técnico e manutenção.....	47
10. Dos chamados técnicos e dos prazos.....	47
11. Horário de execução dos serviços.....	51
12. Do Treinamento das Equipes Técnicas.....	51
13. Instrumento de Medição de Resultado (IMR).....	52
ANEXO A2 – PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS COMMVAULT.....	53
ANEXO A3 – ORDEM DE SERVIÇO.....	54
ANEXO A4 – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES INERENTES À NATUREZA DOS SERVIÇOS.....	56
ANEXO A5 – DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DO TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DO SIGILO.....	57
ANEXO A6 – TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.....	58
ANEXO A7 – TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.....	59
ANEXO II – MINUTA DE CONTRATO.....	61
CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.....	62
CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA.....	62
CLÁUSULA TERCEIRA – ESPECIFICAÇÕES, REQUISITOS, MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS.....	62
CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO.....	62
CLÁUSULA QUINTA – PREÇO.....	62
CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE.....	63
CLÁUSULA SÉTIMA – DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO.....	64
CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.....	64
CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.....	65
CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD.....	67
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO.....	69
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	71
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL.....	73
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	74
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS.....	74
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES.....	74
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO.....	75

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – APROVAÇÃO.....	75
CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO.....	75
ANEXO III – MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA.....	77

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90022/2026

Processo nº 1.00.000.004275/2024-42

Torna-se público que o Ministério Público Federal, por meio da Subsecretaria de Licitações e Dispensas Eletrônicas, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

SEÇÃO 1 – DO OBJETO

- 1.1. Contratação de solução de backup de dados, de acordo com as especificações técnicas que constam do Termo de Referência e seus anexos, para atendimento do Ministério Público Federal – MPF, compreendendo aquisição de licenças, renovação das subscrições de suporte e atualização das licenças da solução de proteção de dados Commvault vinculadas ao Commcell ID FCDF9 e treinamento.
- 1.2. Em caso de discordância entre as especificações do objeto contidas no comprasnet e as constantes no edital, prevalecerão as constantes no edital.
- 1.3. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os anexos referenciados no índice.

SEÇÃO 2 – DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. Não poderão disputar esta licitação:
 - 2.5.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 2.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 2.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente,

controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.4.1. Este impedimento será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.6. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.7. pessoas jurídicas reunidas em consórcio, conforme justificativas contidas no Termo de Referência

2.5.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.9 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.6.1. Esta vedação estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.2 e 2.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9. O disposto nos itens 2.5.2 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.10. Esta licitação não será exclusiva para participação de ME's e EPP's.

2.11 Não Será permitido a participação de pessoa física no certame.

SEÇÃO 3 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

3.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

3.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado no comprasnet no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

3.3. A impugnação e os esclarecimentos serão apresentados exclusivamente por meio eletrônico designado “Peticionamento Eletrônico do MPF”.

3.2.1. O licitante interessado, deverá realizar cadastro para solicitação de Senha e Login, no portal “Peticionamento Eletrônico do MPF”. Site: <https://apps.mpf.mp.br/spe/login>.

3.2.2. Este cadastramento deverá ser realizado por pessoa física, representante ou preposto da licitante.

3.4. Em caso de impossibilidade do cadastramento e da petição serem efetuados no peticionamento eletrônico, será excepcionalmente admitido a envio da impugnação e esclarecimento pelo e-mail pgr-licitacao@mpf.mp.br.

3.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

3.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

3.7. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

SEÇÃO 4 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Nesta licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.3.5 A falsidade destas declarações sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

4.5.1. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.5.2. A falsidade destas declarações sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.8.1. O valor parametrizado de acordo com este item possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.9. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.9.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.9.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

SEÇÃO 5 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos/descontos mínimos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.10. A proposta deverá ser anexada no sistema conforme modelo do **ANEXO III**.

5.11. Proposta no comprasnet:

Item	Descrição	Qtd.	Valor Unitário Máximo	Valor Total Máximo
1	Solução de backup de dados, compreendendo aquisição de licenças, renovação das subscrições de suporte e atualização das licenças da solução de proteção de dados Commvault vinculadas ao Commcell ID FCDF9 e treinamento.	1	R\$ 14.776.123,80	R\$ 14.776.123,80

5.11.1. Não serão aceitas propostas com preços unitários superiores aos estimados no Termo de Referência.

5.11.2. Após os lances a proposta deverá ser decomposta conforme ANEXO III e apresentada também conforme o ANEXO A2 do Termo de Referência, (em excel e pdf).

SEÇÃO 6 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LAN- CES

- 6.1. A abertura da licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.6 O lance deverá ser ofertado pelo valor total
- 6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. O modelo de disputa adotado neste certame será o **aberto e fechado**
- 6.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.13. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.14. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro

horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.22.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.22.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.22.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.22.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.23. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.23.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.23.2. Empresas brasileiras;

6.23.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.23.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

SEÇÃO 7 – DA FASE DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

7.1. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. **SICAF**;

7.1.2. **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS**, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. **Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa**, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no sítio http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

7.1.4. **Relação de licitantes inidôneas do Tribunal de Contas da União – TCU**, no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS>;

7.1.5. **Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP**, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>).

7.2. As consultas aos cadastros referidos acima podem ser supridas por meio da **Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União** (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>), em conjunto com a **Certidão Negativa Correccional** (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM) (<https://certidoes.cgu.gov.br/consulta-inicial>)

7.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.5. Constatada a existência de sanção, a proposta será recusada, por falta de condição de participação do licitante.

7.6. Caso atendidas as condições de participação, será iniciada a verificação da conformidade da proposta do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar.

7.7. Encerrada a análise das condições de participação do licitante, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço ou maior desconto final em relação ao estimado para a contratação, conforme definido neste edital.

7.8. Será desclassificada a proposta que:

7.8.1. Contiver vícios insanáveis;

7.8.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.8.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.8.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.8.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **subitem 7.9**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Verificada a conformidade, o pregoeiro deverá convocar o licitante que tenha apresentado o melhor preço a negociar para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.10.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.10.2 A critério do pregoeiro, motivadamente, a negociação poderá ser dispensada nos casos onde haja indícios de inexequibilidade de proposta.

7.11. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.12. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.12.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, nas seguintes situações:

7.12.2. Por solicitação do licitante, no chat do sistema, mediante justificativa aceita pelo pregoeiro;

7.12.3. De ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de sua conformidade.

7.13. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às MEs/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 4.5 deste edital.

7.14 Deverá ser entregue junto com a proposta a comprovação de que a empresa é parceira autorizada do fabricante Commvault.

7.14.1 O atendimento ao requisito aqui especificado é condição para a aprovação da proposta da LICITANTE vencedora.

7.15. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

7.15.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.15.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.16. Finalizada a etapa de julgamento da proposta, será iniciado o procedimento de habilitação.

SEÇÃO 8 – DA FASE DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE

8.1. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.2. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.3. O Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal (Federal, Municipal/Distrital), social, trabalhista e econômico financeira

8.4. Os licitantes que **não** estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF no nível da Qualificação econômico-financeira, conforme Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 2018, deverão apresentar a seguinte documentação:

- a) certidão negativa de falência ou recuperação judicial emitida pela instância judicial competente;
 - a1.) Caso a licitante apresente-se em recuperação judicial, deverá apresentar certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório, conforme termos do Acórdão 1201/2020 TCU.
- b) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, apresentados na forma da lei, regulamentos e registrados na Junta Comercial, ou o arquivo sped da Receita Federal, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;
 - b1) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- c) no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- d) comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

d1) a demonstração desses índices se aplica também às empresas cadastradas no SICAF

8.4.1 Caso a empresa licitante apresente resultado igual ou inferior a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 5% do valor estimado do primeiro ano do grupo.

8.5. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

- 8.5.1. A inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 8.5.2. A inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.5.3. A regularidade perante a Fazenda Federal, Municipal/Distrital do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 8.5.4. A regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- 8.5.5. A regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- 8.5.6. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

8.5.7. Estes documentos poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

8.6. Para fins de habilitação jurídica, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.6.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6.2. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.6.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.6.7 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.6.8 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva

8.7 Independente da realização ou não da vistoria, que é um direito da empresa, a licitante deverá apresentar a DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES INERENTES À NATUREZA DOS SERVIÇOS – **MODELO ANEXO A4** do Termo de Referência.

8.8 O LICITANTE deverá comprovar aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) a prestação bem-sucedida de serviços e/ou o fornecimento de soluções semelhantes aos especificados no Termo de Referência com as seguintes características mínimas:

a) fornecimento ou subscrição de licença de qualquer produto Commvault, por período não inferior a 12 (doze) meses, por se tratar de serviço continuado, para, no mínimo, uma quantidade equivalente a 48 TB ou 5 pacotes de 10 máquinas virtuais;

b) Subscrição de suporte técnico e atualização da solução Commvault.

8.8.1 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária. A comprovação deverá ocorrer por meio do estatuto social, contrato social ou documento legal de constituição da empresa;

8.8.2 Será permitido o somatório de atestados para fins de comprovação da qualificação técnica da LICITANTE;

8.8.3 Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação;

8.8.4 O(s) atestado(s) apresentado(s) pela LICITANTE deverá(ão) mencionar especificamente os quantitativos, os serviços/produtos realizados/fornecidos, o local (endereço completo) e a data (mês e ano) atestados pela empresa ou pelo órgão. Os atestados que não contenham esses dados poderão ser objeto de diligência do pregoeiro;

8.8.5 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante;

8.8.6 No caso de atestados emitidos por empresa da iniciativa privada, não serão considerados válidos aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da LICITANTE. Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial as empresas controladas ou controladoras da empresa LICITANTE, e ainda as que tenham pelo menos uma pessoa física ou jurídica como sócia em comum;

8.8.7 A Administração reserva-se o direito de realizar diligências, a qualquer momento, com o objetivo de verificar se o(s) atestado(s) e demais documentos são adequados e atendem às exigências contidas no Termo de Referência, podendo exigir apresentação de documentação complementar referente à prestação de serviços relativos aos atestados apresentados;

8.8.8 A LICITANTE disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

8.8.9 A LICITANTE se obriga a organizar e apresentar no certame somente os atestados a que se referem estas especificações e não juntar todo e qualquer atestado que possua.

8.9 Constatado o atendimento às exigências de habilitação, a LICITANTE será habilitada.

8.10. Os documentos referentes à habilitação jurídica, à regularidade fiscal (Federal, Municipal/Distrital), social, trabalhista e econômico-financeira poderão ser substituídos pelo registro no SICAF.

8.11. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar na inabilitação do licitante. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.13. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.14. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.15. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante classificado em primeiro lugar.

8.16. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

8.16.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.16.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

8.19. Poderão ser saneados, no julgamento da habilitação e das propostas, erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Para tanto, poderá solicitar retificações necessárias quanto a erros encontrados ou que apresentem percentuais em desacordo com a legislação vigente ou com os acórdãos do TCU, desde que não ultrapasse o preço final ofertado pela licitante, podendo efetuar quantas convocações forem necessárias. Sendo possível, ainda, desde que justificado o equívoco ou falha do licitante, após avaliação do pregoeiro, ser solicitado documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta (Acórdão TCU nº 1.211/2021 – Plenário).

SEÇÃO 9 – DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

- 9.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados mediante acesso ao portal de serviços do MPF <https://www.mpf.mp.br/mpfservicos>.

SEÇÃO 10 – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 10.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
 - 10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta
 - 10.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 10.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa no certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
 - 10.1.5. Fraudar a licitação
 - 10.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza,
 - 10.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
 - 10.1.8. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 10.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 10.2.1. Advertência;
 - 10.2.2. Multa;
 - 10.2.3. Impedimento de licitar e contratar e
 - 10.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 10.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 10.3.2. As peculiaridades do caso concreto
 - 10.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

10.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

10.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.3.6 critérios, circunstâncias e procedimentos para a dosimetria previstos na portaria PGR/MPU nº 178, de 13/09/23.

10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 5% incidente sobre o valor estimado do primeiro ano do grupo, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5 % a 2,5% do valor estimado do primeiro ano do grupo

10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 2,5% a 5% do valor estimado do primeiro ano do grupo

10.5. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2, 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.6. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7, e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

10.7 A apuração das infrações administrativas e a aplicação das respectivas sanções observará o devido processo formal definido na Lei 14.133/21 e na Portaria PGR/MPU Nº 178, de 13 de setembro de 2023.

10.8 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo de cinco dias úteis, caracterizará a infração do art. 155, VI da Lei 14.133/2021, sendo aplicada a sanção cominada na mesma lei.

10.9. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.10. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.12. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10.13. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, ob-

servados o rito procedimental e autoridade competente definidos no art. 159 da referida Lei nº 14.133, de 2021 e de acordo com a Portaria PGR/MPU nº 69, de 28 de abril de 2023, que regula-
menta, no âmbito do Ministério Público da União, a Lei nº 12.846, de 2013.

10.14. A personalidade jurídica da LICITANTE poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta licitação ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a LICITANTE, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos previstos no art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021, e de acordo com a Portaria PGR/MPU nº 69, de 28 de abril de 2023, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público da União, a Lei nº 12.846, de 2013.

10.15. As sanções referentes à contratação estão dispostas na Minuta de Contrato **ANEXO II**

SEÇÃO 11 – DA CONTRATAÇÃO

11.1. Depois de homologado o resultado deste pregão, o vencedor será convocado para assinatura do contrato, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

11.1.1. O presente instrumento será firmado através de assinatura eletrônica, certificada pelo Sistema de Peticionamento Eletrônico do MPF, garantida a eficácia das Cláusulas.

11.2. Poderá ser acrescentada ao contrato a ser assinado qualquer vantagem apresentada pelo vencedor em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital.

11.3. O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo vencedor durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela PGR.

11.4. Na assinatura do contrato, o CONTRATADO deverá comprovar as condições de habilitação exigidas no edital, que deverão ser mantidas durante a vigência do contrato.

11.5. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

11.6 Nos casos em que o licitante vencedor escolha o seguro-garantia como forma de caução fica estabelecido o prazo de um mês após a homologação do certame e anterior à assinatura do contrato para apresentação deste tipo de garantia.

11.7 Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente e para eventuais prorrogações será exigido regularidade no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

11.7.1 A existência de registro no CADIN constitui fator impeditivo para a contratação

SEÇÃO 12 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

12.4. É facultado ao pregoeiro prorrogar os prazos estabelecidos para o envio de informações e documentos solicitados (via chat ou pela convocação de anexo via sistema), desde que o licitante solicite e fundamente o pedido de prorrogação, antes de findo o prazo original, e que os argumentos sejam aceitos pelo pregoeiro.

12.5. A homologação e adjudicação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.transparencia.mpf.mp.br.

12.12. Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Edital.

Brasília, data conforme assinatura digital

LEONARDO SANTOS DA COSTA

Subsecretário de Licitações e Dispensas Eletrônicas

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
TERMO DE REFERÊNCIA – Nº 08/2026 – ASSAPCON/SUBCORP/SA
PREGÃO ELETRÔNICO Art. 6º, XLI e Art. 28º, I da Lei nº 14.133/2021

1 – DEFINIÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de solução de backup de dados, de acordo com as especificações técnicas que constam deste Termo de Referência e seus anexos, para atendimento do Ministério Público Federal – MPF, compreendendo aquisição de licenças, renovação das subscrições de suporte e atualização das licenças da solução de proteção de dados Commvault vinculadas ao Commcell ID FCDF9 e treinamento.

1.2 As especificações técnicas do objeto encontram-se pormenorizadas no **ANEXO A1 Especificações Técnicas**.

1.3 Quantitativos estimados: Os quantitativos estimados da contratação são os apresentados na tabela a seguir:

GRUPO ÚNICO

Item	Bem/Serviço	Unid.	Quant. Max.
1	Subscrição de suporte técnico e atualização da solução Commvault, licenças da CommCell ID FCDF9 (atualmente instaladas no Ministério Público Federal)	Serviço	1
2	Licença perpétua de Commvault por Volume (com 60 meses de suporte do fabricante).	TB	60
3	Licença perpétua Commvault - Pacote de 10 Máquinas Virtuais (com 60 meses de suporte do fabricante)	Pacote VM	10
4	Commvault Cloud Air Gap protect for Commvault Cloud, South America, Azure cool tier, per TB (50 TB)	TB	50
5	Commvault Cloud Clean Room Recovery (5 unidades de 10TB)	TB	50
6	Treinamento nas novas funcionalidades (itens 4 e 5)	Turma	1

1.4 Ramo de Atividade predominante da contratação: Código do Grupo de Serviço: 27758 – Serviços Especializados de Disponibilização de Cópias de Segurança de Dados (Backup como serviço), 27464 – Licenciamento de Direitos Permanentes de Uso de Software para Servidor e 5398 - Prestação de Serviços de Informática (fonte: catálogo de serviços do www.compras.gov.br).

1.5. Prazo do contrato:

1.5.1. O prazo de vigência da contratação é de **5 (cinco) anos**, contado a partir do dia 1º de outubro de 2026, nos termos do Art. 106 da Lei nº 14.133/2021.

1.5.1.1 Em se tratando de solução já fornecida ao MPF, considerando que o atual contrato tem seu término no dia 30 de setembro de 2026, o novo contrato deverá ter início imediatamente após, em 1º/10/2026, de forma a não haver interrupção.

1.5.2. O serviço é enquadrado como continuado, em conformidade com a definição do item XV do Art. 6º da Lei 14.133/2021, tendo em vista que o objeto diz respeito à solução para a realização das cópias de segurança (backup) e restauração de dados digitais. A Seção III - Da frequência e retenção dos backups da Instrução Normativa SG/MPF nº 3, de 06 de março de 2023 explicita a frequência com que devem ser realizadas as cópias. Considerando que a frequência míni-

ma é a diária, confirma-se o caráter contínuo das atividades, sendo a vigência plurianual mais vantajosa.

1.5.2.1. As licenças subscritas e adquiridas possuem 60 meses de suporte e atualização, garantindo que esses serviços estejam disponíveis durante toda a vigência do contrato de forma contínua. Nos termos do art. 106 da Lei nº 14.133/2021, a vigência plurianual de 60 (sessenta) meses apresenta maior vantagem econômica para o MPF ao garantir o congelamento dos preços de subscrição por um longo período, blindando a Administração contra flutuações mercadológicas e reajustes anuais agressivos do setor de TI, além de diluir os custos indiretos com a contratação

1.5.2.2. Sob o **aspecto técnico e administrativo**, um prazo de vigência maior traz eficiência ao evitar o esforço operacional, o custo e o tempo despendidos na realização de procedimentos licitatórios complexos a cada 12 meses para o mesmo objeto.

1.5.2.3. No que tange à **segurança da informação**, a vigência plurianual assegura proteção contínua. As atividades de backup e restauração de dados são críticas; logo, o contrato longo mitiga o risco de descontinuidade do suporte técnico do fabricante, evitando que o MPF fique suscetível a janelas de tempo sem cobertura de cópias de segurança (o que poderia resultar em perda irreversível de dados institucionais no caso de falhas ou ataques cibernéticos em um período de transição de contratos).

1.5.2.4. Apesar de o objeto desta contratação não constar do rol previsto no caput do Art. 1º da Instrução Normativa MPF nº 1, de 8 de fevereiro de 2018, a realização dos backups e a restauração dos dados digitais do MPF possuem natureza contínua. Desse modo, o enquadramento do serviço como de natureza continuada encontra respaldo legal no Parágrafo Único do referido normativo:

Art. 1º, Parágrafo único. Poderão ser classificados como de natureza continuada serviços não previstos no caput deste artigo, mediante justificativa fundamentada.

1.5.2.5. Com base no PARECER CORAG/SEORI/AUDIN MPU/Nº 079/2008, a necessidade de que a contratação ultrapasse o exercício financeiro baseia-se nos seguintes princípios:

- a) essencialidade às atividades do órgão;
- b) necessidade permanente, sob pena de comprometer a prestação do serviço público;
- c) sua interrupção poderá comprometer o funcionamento das atividades ou a integridade do patrimônio público.

1.5.3. Dentro da vigência do contrato está previsto todo o necessário para a entrega e consecução do objeto, além das demais obrigações e prazos contidos neste Termo de Referência, bem como os procedimentos de recebimentos provisório e definitivo. Destaca-se que o objeto contratado só poderá ser executado durante a vigência do contrato, não restando nenhuma obrigação para as partes contratantes após o término da vigência contratual.

2 – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação encontra-se pormenorizada nos subitens seguintes, bem como no estudo técnico preliminar elaborado pelos responsáveis pelo planejamento da contratação, em especial quanto à “descrição da necessidade”:

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Com a publicação da Instrução Normativa nº 3, de 06 de março de 2023, a cópia de segurança (backup) dos serviços de TIC críticos do MPF vem passando por uma série de modificações. Essas alterações têm, em sua grande maioria, motivações na necessidade de adequação dos processos de backup à norma.

É fundamental na manutenção da segurança e integridade dos sistemas de salvaguarda de dados do MPF que o processo de backup seja feito em sua plenitude. O mau funcionamento impede a gravação e recuperação das cópias de segurança dos processos no âmbito finalístico, de documentos administrativos e elementos de infraestrutura de TIC.

[...]

Os serviços de backup, para garantir a continuidade operacional da organização e a necessidade de minimizar os riscos e enfrentar ameaças associadas a perdas de dados, é essencial para a continuidade de negócios e a recuperação de desastres. Sendo assim, a necessidade é assegurar os produtos e serviços necessários aos procedimentos de cópia de segurança e restauração de dados digitais no âmbito do Ministério Público, sendo necessário proteger o backup institucional e o Google Workspace.

2.2. Justificativa quanto à natureza do serviço

2.2.1. O objeto desta contratação é caracterizado como **bens e serviços comuns**, conforme Art. 6º, XIII, da Lei 14.133/2021:

2.2.1.1. Haja vista que (i) Está disponível no mercado para contratação a qualquer momento, conforme levantamento de mercado realizado; e (ii) Possui especificações usuais, padronizadas e pré-determinadas, cuja forma de execução é objetiva e uniforme, com características pouco variáveis (a variação ocorre predominantemente nos quantitativos).

2.3 Enquadramento da contratação

2.3.1. A contratação fundamenta-se no artigo 6º, inciso XLI, e no artigo 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

2.4 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA 2026: **PGR-0384/25**

II) Data de atualização no PNCP do PCA-2026: **02/01/2026**

2.5 Da participação na Licitação

2.5.1. A licitação **não será exclusiva** para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos do Art 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, *in verbis*:

“Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte (...)

Art. 48 Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (...)

2.5.1.1. Justifica-se a não aplicação do tratamento diferenciado estabelecido nos Arts. 47 e 48 em razão que os valores estimados superam o estipulado no inciso I do Art. 48.

2.5.2 O objeto desta contratação **não possibilita a participação de pessoas físicas**, de acordo com IN SEGES/ME nº 116, de 21 de dezembro de 2021, uma vez que os serviços são inconciliáveis com a sua natureza profissional.

3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se referenciada no **ANEXO A1 – Especificações Técnicas**.

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Devem ser atendidos, pela CONTRATADA, os seguintes requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A CONTRATADA deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos estabelecidos no Guia de Contratações Sustentáveis do MPF, 2016, que descreve normas de sustentabilidade, obrigatórias em todas as contratações; e na Portaria PGR/MPF nº 290, de 9 de maio de 2023, que dispõe sobre a Política de Sustentabilidade, o Plano de Logística Sustentável e a Rede MPF Sustentável no âmbito do Ministério Público Federal.

Indicação de marcas e modelos (art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s): **Commvault**, solução utilizada pelo MPF sob os termos de contrato nº 40/2022 e 54/2023;

4.3. A indicação de marca está consoante com as necessidades institucionais e em conformidade com os entendimentos do Tribunal de Contas da União¹:

Vale lembrar que a regra é não indicar a marca de produtos. A indicação, no entanto, é admitida por razões técnicas, formalmente justificadas, nas hipóteses estabelecidas pelo art. 41, inciso I, da Lei 14.133/2021[10], a saber:

a. necessidade de padronização;

b. para a manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração;

c. quando determinada marca ou modelo comercializados por mais de um fornecedor[11] forem os únicos capazes de atender à necessidade do contratante; ou
(grifo nosso)

[...]

4.4. Não se frustra a competição no certame porque há diversas empresas parceiras da Commvault no Brasil².

Requisitos de segurança e privacidade

4.5 Os serviços prestados deverão atender às leis brasileiras relativas à segurança da informação e proteção de dados, a exemplo da lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet) e da lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD).

4.6. Realizar a proteção de dados pessoais por concepção e por padrão, incluindo a capacitação regular dos seus colaboradores.

4.7. A CONTRATADA deverá manter sigilo sobre informações que porventura tenha conhecimento decorrentes da prestação dos serviços, sujeitando-se a sanções penais, civis e administrativas caso haja descumprimento.

¹ *Licitacoes-e-Contratos-Orientacoes-e-Jurisprudencia-do-TCU-5a-Edicao* (<https://licitacoescontratos.tcu.gov.br/>)

² <https://www.commvault.com/partners/find> (podem ser verificadas 38 parceiras no Brasil).

Dos requisitos de segurança dos ativos de tecnologia da informação

4.8. Os dispositivos utilizados pelos colaboradores da CONTRATADA para acesso à rede do CONTRATANTE devem ter postura de segurança adequada, atendendo aos seguintes requisitos: software antivírus ativo e atualizado; serviço de firewall local do sistema operacional ativado; navegador web atualizado; e atualizações de segurança do sistema operacional.

Subcontratação

4.9. Não é permitida a subcontratação do objeto

Garantia da contratação

4.10. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% do valor do primeiro ano do contrato, conforme regras nele previstas.

4.10.1. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.

4.10.2. No caso de seguro-garantia, sua apresentação deverá ocorrer em até 1 (um) mês contado da homologação da licitação e antes da assinatura do contrato.

4.10.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação

Vistoria

4.11. É facultada e recomendável, às LICITANTES, a realização de vistoria no local onde serão executados os serviços, ocasião em que serão sanadas as dúvidas porventura existentes, não cabendo nenhuma alegação posterior por desconhecimento das condições locais;

4.11.1. A não realização da vistoria não admitirá à LICITANTE qualquer futura alegação de óbice, dificuldade ou custo não previsto para execução do objeto ou obrigação decorrente desta licitação;

4.11.2. A vistoria deverá ser agendada por e-mail a **pgr-coplanc@mpf.mp.br**, com, no mínimo, 1 (um) dia de antecedência, e ser realizada até 1 (um) dia útil antes da realização da licitação, no horário das 14h00 às 18h00;

4.11.2.1. Nos termos do § 4º do Art. 63 da Lei nº 14.133/2021, as vistorias serão realizadas em data e horário diferentes para os eventuais interessados;

4.11.2.2. No campo assunto da mensagem, escrever “Pregão Eletrônico nº nn/xxxx” (onde nn/xxxx é o número do edital).

4.11.3. A vistoria poderá também ser realizada em reunião virtual por meio de videoconferência. Mediante agendamento nos termos do subitem 4.11.2;

4.11.4. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria;

4.11.5. A LICITANTE deve comprometer-se a manter sigilo sobre todas as informações a que tiver acesso em decorrência da vistoria;

4.11.6. Independentemente da opção pela realização ou não da vistoria, a LICITANTE deverá apresentar declaração formal, assinada pelo seu representante legal ou preposto, sob as penas da lei e para fins de habilitação do certame, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e

informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros, conforme modelo constante no **ANEXO A4 – Declaração de Conhecimento das Condições dos Serviços**;

4.11.7. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a CONTRATADA assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Consórcio

4.12. Não será admitida a participação de empresas em regime de consórcio, pois os produtos e serviços são fornecidos somente por empresas parceiras credenciadas pelo fabricante Commvault. Além disso, a admissão de consórcios pode levar à restrição da quantidade de potenciais licitantes e da competitividade da disputa, o que pode resultar na impossibilidade da contratação da proposta mais vantajosa para a Administração.

5 – EXECUÇÃO DO OBJETO

Da forma de execução da contratação: indireta, em regime de empreitada por **preço unitário**.

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: a partir da emissão da ordem de serviço inicial (EOS).

5.1.2. A descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho está contida no **ANEXO A1 - Especificações Técnicas**.

5.1.3. Cronograma de Execução

5.1.3.1 A tabela a seguir apresenta o cronograma macro de execução do contrato:

Fase	Seq.	Marco	Prazo	Responsável
Implantação	1.0	Assinatura do contrato (AC)		CONTRATANTE e CONTRATADA
	1.1	Emissão da Ordem de Serviço inicial (EOS)	Em até 5 dias da AC	CONTRATANTE
	1.2	Reunião inicial (RI)	No máximo em 5 (cinco) dias úteis da EOS	CONTRATANTE e CONTRATADA
	1.3	Entrega do plano de Implantação	No máximo 5 dias úteis da Reunião Inicial	CONTRATADA
	1.4	Execução do Plano de Implantação	Até 30 (trinta) dias corridos	CONTRATADA
Operação	2.1	Execução dos serviços	Vigência do Contrato	CONTRATADA

5.1.4. Cronograma Físico-Financeiro

Etapas	Descrição	Itens	Prazo Estimado	Marco	Desembolso
1	Assinatura do Contrato	Todos		-----	Nenhum
2	Emissão da Ordem de Serviço inicial	Todos	Após a assinatura do contrato	Etapas 1	Nenhum
3	Reunião inicial	Todos	Em até 5 (cinco) dias úteis da	Etapas 2	Nenhum

			emissão da Ordem de Serviço inicial.		
4	Implantação	1 a 5	Em até 30 (trinta) dias corridos da aprovação do Plano de Implantação	Etapa 3	Nenhum
5	Execução dos serviços continuados	1 a 5	Após a conclusão do Plano de Implantação	Etapa 4	Nenhum
6	Avaliação da prestação dos serviços	Todos	Periodicamente, imediatamente após o encerramento do mês	Etapa 5	Nenhum
7	Cobrança do serviço (protocolização da NF).	Todos	No prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após a comunicação do valor exato dimensionado pela fiscalização pelo Fiscal do Contrato com base nos IMR	Etapa 6	Nenhum
8	Atesto da cobrança	Todos	Periodicamente, em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da Nota Fiscal ou Fatura.	Etapa 7	Nenhum
9	Pagamento da fatura pelo CONTRATANTE	Todos	Em até 10 (dez) dias corridos a contar do atesto da Fatura/ Nota Fiscal	Etapa 8	GRUPO ÚNICO: Valor da parcela anual relativo aos Itens 1, 4 e 5, mais valor referente às Ordens de Serviço dos Itens 2, 3 e 6 executadas no mês de referência

Local da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados na Procuradoria-Geral da República, no Distrito Federal, nos seguintes endereços:

5.2.1. Procuradoria-Geral da República, SAF/SUL Quadra 4, Conjunto C, Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, Bloco B – Brasília – DF, CEP 70050-900, Procuradoria-Geral da República.

Da prestação dos serviços

5.3. A execução do contrato será baseada no modelo no qual o CONTRATANTE é responsável pela gestão do contrato e pela atestação dos resultados esperados e dos níveis de qualidade para os serviços entregues e a CONTRATADA é responsável pela gestão e execução dos serviços e pela gestão dos recursos humanos e físicos necessários e por dimensionar, organizar e gerenciar o quantitativo de profissionais necessários para o cumprimento do objeto contratado de acordo com os níveis de serviços exigidos neste Termo de Referência e seus anexos;

5.4. Os serviços eventualmente realizados fora do horário de expediente, aos sábados, domingos e feriados, sejam no ambiente da CONTRATADA ou no ambiente do CONTRATANTE, não implicarão nenhum acréscimo ou majoração nos valores pagos à CONTRATADA;

5.5. Como padrão, e quando não especificado em contrário, todos os prazos serão contados em dias corridos;

5.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento;

5.7. Para fins da execução dos serviços de instalação, manutenção e configuração da solução contratada, caso necessário, a CONTRATADA deslocará funcionário às suas expensas, incluindo todos os custos de deslocamento, transporte, diárias, alimentação, hospedagem ou quaisquer outros custos envolvidos;

5.8. A prestação dos serviços deverá ter início em data ou prazo fixado em Ordem de Serviço, de acordo com o modelo do **ANEXO A3 – Ordem de Serviço**, contado a partir do recebimento da referida Ordem pela CONTRATADA;

5.9. Em caso de rescisão contratual e insolvência, por parte da CONTRATADA ou qualquer outra situação que demonstre a incapacidade de a CONTRATADA dar continuidade à prestação dos serviços, os produtos necessários aos serviços deverão permanecer disponíveis ao CONTRATANTE, até que novo processo de contratação seja concluído e nova solução seja fornecida por empresa contratada, a fim de não prejudicar os serviços do CONTRATANTE;

5.9.1. Durante esse período, os pagamentos serão devidos e realizados como especificados nesta contratação, sem ônus adicional.

Rotinas a serem cumpridas

5.10. A descrição do objeto deste Termo de Referência encontra-se pormenorizada no **ANEXO A1 – Especificações Técnicas**.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.11. A garantia da solução objeto vigorará conforme abaixo.

5.11.1. A garantia deve ser oferecida pelo fabricante e de forma complementar pela CONTRATADA prevalecendo o prazo de garantia que for superior, com cobertura mínima por toda a vigência do contrato, dentro do qual a CONTRATADA deverá substituir todo o material que venha a apresentar defeitos de fabricação e/ou funcionamento, ou ainda, refazer o serviço em desacordo com as especificações, sem ônus para o CONTRATANTE;

5.11.2. Caberá à CONTRATADA, no período de garantia, sem ônus para o CONTRATANTE, realizar toda a correção decorrente de erros ou falhas ocorridas na execução dos serviços contratados;

5.11.3. A prestação dos serviços relacionados à garantia não deve imputar qualquer custo adicional ao CONTRATANTE;

5.12. A descrição dos procedimentos de transição e finalização do contrato encontra-se pormenorizada no **ANEXO A1 – Especificações Técnicas**.

6 – GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. O CONTRATANTE poderá convocar representante da CONTRATADA para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o CONTRATANTE poderá convocar o representante da CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

6.6. Será de responsabilidade da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC) a fiscalização técnica do contrato e acompanhamento da execução do objeto, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Portaria PGR/MPU nº 28/2023, art.17, VI);

6.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, II);

6.7.1. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, III);

6.7.2. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, IV);

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, I e X).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;(Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, XII).

6.9. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 16, II).

6.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 16, II).

6.10.1 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 16, III).

6.10.2 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 16, VII).

6.10.3 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 16, VIII).

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 16, V).

6.12. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.13. A CONTRATADA deverá manter preposto para representá-la na execução do contrato.

6.13.1 A indicação ou a manutenção do preposto da CONTRATADA poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a CONTRATADA designar outro para o exercício da atividade.

6.14. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

- a) Definir toda e qualquer ação de orientação, gerenciamento, controle e acompanhamento da execução do Contrato, determinando as providências cabíveis;
- b) Suspender o fornecimento do objeto CONTRATADA, total ou parcialmente, a qualquer tempo, no caso de não atendimento aos parâmetros estabelecidos no termo de referência e na proposta de fornecimento, submetendo o assunto à consideração da Secretaria de Administração do MPF, para providências;
- c) Recusar qualquer material/equipamento que não for entregue dentro dos parâmetros estabelecidos no termo de referência. Nesse caso, a CONTRATADA deverá retirar os materiais, produtos ou equipamentos das dependências do CONTRATANTE no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

7 – CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO, FATURAMENTO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no **ANEXO A1 – Especificações Técnicas**.

7.2. O IMR é o mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e respectivas adequações de pagamento, sob pena de impacto no pagamento dos serviços;

7.3. Foram definidos critérios e metas de acordo com as características do serviço contratado, conforme determinado no **ANEXO A1 – Especificações Técnicas**;

7.4. Para medir a qualidade dos serviços contratados realizados, serão utilizados indicadores relacionados às suas características, que terão metas definidas de forma quantitativa;

7.5. A frequência de medição do IMR será mensal e a aplicação das eventuais reduções de pagamento decorrentes das apurações será anual, quando do faturamento das parcelas anuais;

7.6. Os serviços deverão ser prestados pela CONTRATADA de forma a alcançar os resultados definidos pelo CONTRATANTE neste Termo de Referência;

7.7. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

7.7.1. não produziu os resultados acordados;

7.7.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida, as atividades contratadas; ou

7.7.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.8. O detalhamento dos Indicadores encontra-se no **ANEXO A1 – Especificações Técnicas**;

7.9. A emissão da fatura pela CONTRATADA está condicionada à informação do valor de glosas resultante da avaliação do IMR para o período;

7.10. Constarão no relatório do(s) fiscal(is) do contrato, dentre outras informações, os indicadores/metras alcançados, recomendações técnicas, administrativas e gerenciais e demais informações relevantes para a gestão contratual;

7.11. No caso de as apurações mensais constatarem o não cumprimento da meta do IMR, a CONTRATADA disporá do prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do fechamento da avaliação dos indicadores, para apresentar justificativas ao CONTRATANTE, que deverá avaliá-las no mesmo prazo. Sendo aceitas as justificativas, não haverá a aplicação do redutor de pagamento;

7.11.2. Ao final do contrato, no caso de não haver fatura, o valor será descontado da garantia prestada pela CONTRATADA.

7.12. A aplicação das glosas decorrentes do não cumprimento do IMR acordado é cumulativa e não prejudica a aplicação das sanções a que a CONTRATADA esteja sujeita pelo não cumprimento das obrigações contratuais ou execução insatisfatória dos serviços, nos termos previstos em lei.

7.13. Do recebimento

7.13.1 **Os Itens 2 a 6 do GRUPO ÚNICO serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis** contados da comunicação da CONTRATADA, com a assinatura do Termo de Recebimento Provisório, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, XIII).

7.13.1.1 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da CONTRATADA com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.13.1.2 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, XIII).

7.13.1.3 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, XIII).

7.13.2 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.13.2.1 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.13.2.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.13.3 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.13.4 Os **Itens 2 a 6 do GRUPO ÚNICO** serão **recebidos definitivamente no prazo de até 5 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento provisório, pelos fiscais do contrato ou por comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:

7.13.4.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento; (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 16, VII).

7.13.4.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

7.13.4.3 O fiscal técnico do contrato apurará o resultado das avaliações da execução dos **Itens 1 a 5** do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no **IMR**, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em Relatório Circunstanciado a ser encaminhado ao Gestor do Contrato para recebimento definitivo.

7.13.5. Para o **Item 1 do GRUPO ÚNICO**:

- a) o **recebimento provisório** ocorrerá, mediante recibo, logo após a prestação do serviço;
- b) o **recebimento definitivo** ocorrerá em até 15 (quinze) dias após verificação da adequação dos serviços às especificações, com consequente atesto na fatura;

7.13.5.1. O fiscal técnico do contrato apurará o resultado das avaliações da execução dos serviços e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no IMR, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA.

7.13.6 O fiscal técnico **comunicará à CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura** com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**.

7.13.7 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.13.7.1 As providências pertinentes às áreas de fiscalização e gestão contratual para envio dos autos para pagamento deverão ocorrer **até o dia 25 do mês de emissão do documento fiscal**, antecipando-se para o dia útil anterior em caso de final de semana ou dia não útil, para cumprimento dos prazos da Instrução Normativa RFB Nº 2237, de 04 de dezembro de 2024.

7.13.8 No caso de controvérsia sobre a execução do serviço, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do serviço, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13.9 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do serviço ou no instrumento de cobrança.

7.13.10 O **recebimento provisório ou definitivo** não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.13.11 Critérios de Aceitação Definitiva da Solução:

a) Verificação da quantidade, qualidade e conformidade dos serviços e produtos com as especificações constantes deste Termo de Referência e seus anexos.

7.14. Do faturamento

7.14.1. Após a comunicação do CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá apresentar, **no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis**, a fatura ou nota fiscal devidamente discriminada, em nome do CONTRATANTE (razão social e CNPJ), acompanhada das respectivas comprovações de regularidade de habilitação exigidas no Edital de licitação.

7.14.1.1. A Nota Fiscal deve corresponder aos serviços providos.

7.14.1.2. No caso de divergência, especialmente quando houver adimplemento parcial, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA a sanar o problema em até 2 (dois) dias úteis, com suspensão do prazo de pagamento.

7.14.2. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar com a Nota Fiscal a devida comprovação a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006.

7.14.3. Quando do pagamento da fatura ou nota fiscal será efetuada a retenção dos valores correspondentes a tributos e contribuições sociais, nos termos legais.

7.14.4. Serão deduzidos dos créditos da CONTRATADA eventuais valores relativos a multas e juros de mora de tributos e contribuições sociais, decorrentes de entrega de faturamento em atraso, configurado por prazo inferior a 10 (dez) dias corridos do vencimento da obrigação.

7.15. Das condições de pagamento

7.15.1. Da Remuneração dos Serviços

7.15.1.1. O valor relativo aos **Itens 1, 4 e 5 do GRUPO ÚNICO** será pago em parcela anual antecipada, aplicados, quando houver, os redutores calculados de acordo com o previsto no **IMR**;

7.15.1.2. O valor relativo aos **Itens 2, 3 e 6 do GRUPO ÚNICO** será pago uma única vez para cada Ordem de Serviço emitida, aplicados, quando houver, os redutores calculados de acordo com o previsto no IMR, mediante a efetiva execução dos serviços pela Contratada e após os procedimentos de recebimento provisório e definitivo e atesto da fatura\nota fiscal.

7.15.2. O pagamento à CONTRATADA será efetuado, em moeda nacional, no prazo de **até 10 (dez)** dias corridos a contar do atesto da Fatura/Nota Fiscal, por meio de depósito em conta-corrente, mediante Ordem Bancária.

7.15.3. O pagamento poderá ser efetuado parcialmente na pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta à CONTRATADA, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

7.15.4. Qualquer atraso acarretado por parte da CONTRATADA na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação.

7.15.5. Para efeito de pagamento, considerar-se-á paga a fatura na data da emissão da Ordem Bancária.

7.15.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pelo CONTRATANTE, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}, \text{ assim apurado: } I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

Em que:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6%;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

7.15.7. No pagamento do(s) serviço(s) descrito(s) na Nota Fiscal, será verificada a pertinência da retenção do Imposto sobre a Renda (IR), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (CONFINS) e Contribuição para o PIS/PASEP, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. Ademais, a retenção do Imposto Sobre Serviços (ISS) e da previdência social (INSS) ocorrerá desde que esteja prevista em regulamento que se aplique ao caso.

7.15.8. A fatura poderá sofrer glosas, conforme o disposto no **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, referente ao mês de competência da prestação de serviço ou de meses anteriores.

8 – SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO DO GRUPO**.

8.1.1. Deverá ser entregue junto com a proposta a comprovação de que a empresa é parceira autorizada do fabricante Commvault.

8.1.2. O atendimento ao requisito aqui especificado é condição para a aprovação da proposta da LICITANTE vencedora.

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, deverão ser observados os requisitos exigidos no Edital de Licitação.

Qualificação Econômico-Financeira

8.3 Para fins de qualificação econômica, deverão ser observados os requisitos exigidos no Edital de Licitação.

Qualificação Técnica

Remetido para o edital

9 – ESTIMATIVA DO PREÇO

9.1. A proposta de preços deverá ser apresentada com as quantidades, preço unitário e valor total, em moeda nacional, e deverão estar incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

9.2. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 14.776.123,80 (quatorze milhões, setecentos e setenta e seis mil, cento e vinte e três reais e oitenta centavos)**, conforme custos unitários e anuais apostos nas tabelas a seguir e no **ANEXO A2 – Planilha de Proposta de Preços**, que deve ser anexado à proposta.

9.2.1. O **ANEXO A2** apresenta a estimativa de ativação de itens ano a ano do contrato, de acordo com a estratégia do CONTRATANTE.

GRUPO ÚNICO

Item	Serviço	Unid.	Quant. Máx.	Valor Unit. Máx. Aceito ⁽¹⁾ (R\$)	Valor Anual Máx. Aceito (R\$)
1	Subscrição, Suporte Técnico e Atualização da Solução Commvault, licenças da CommCell ID FCDF9 (atualmente instaladas o Ministério Público Federal)	Serviço	1	1.296.709,12	
2	Licença perpétua de Commvault por Volume (com 60 meses de suporte do fabricante)	Terabyte	60	31.367,83	
3	Licença perpétua Commvault - Pacote de 10 Máquinas Virtuais (com 60 meses de suporte do fabricante)	Pacote Máq. Virtual	10	45.821,21	
4	Commvault Cloud Air Gap protect for Commvault Cloud, South America, Azure cool tier, per TB (50 TB)	Terabyte	50	132.136,52	

5	Commvault Cloud Clean Room Recovery (5 unidades de 10TB)	Terabyte	50	1.049.202,88	
6	Treinamento nas novas funcionalidades (itens 4 e 5)	Turma ⁽²⁾	1	45.599,30	
ANO 1					3.083.346,62
ANO 2					2.854.462,48
ANO 3					2.991.926,11
ANO 4					2.854.462,48
ANO 5					2.991.926,11
TOTAL 60 MESES					14.776.123,80

IMPORTANTE:

(1) Os valores unitários máximos equivalem a:

Item 1: Parcela anual

Item 2: Valor unitário TB

Item 3: Valor unitário pacote de 10 máquinas virtuais

Item 4: Parcela anual para 50 TB

Item 5: Parcela anual para 50 TB

Item 6: Valor unitário da turma

(2) O treinamento deverá ser por meio de videoconferência, com no mínimo 20 (vinte) horas de duração, em língua portuguesa do Brasil, para turma de até 20 pessoas e incluir a realização de atividades práticas.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

9.3. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

9.3.1. A conta do MPF junto à Commvault, identificada através do Commcell ID FCDF9, possui os seguintes quantitativos de licenças perpétuas adquiridas:

i) Licenças de volume (Commvault Backup and Recovery): 250 TB;

ii) Licenças de socket (VM Sockets): 50 sockets;

9.3.2. O maior volume de dados é o das íntegras do sistema Único, que possui uma taxa de crescimento de 1TB mês.

10 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

10.2.1. Para os **itens 2 e 3**:

I – UG emitente: 200100.

II - Plano de trabalho: **Ação: 4264** – Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário -

MPF

III – Plano Interno: **INFORMATIC4**

IV – Fonte: 1000000000

V – Elemento de despesa: 44.90.40.05 - (AQUISIÇÃO DE SOFTWARE PRONTO

10.2.2. Para os **itens 1, 4, 5 e 6**:

I – UG emitente: 200100.

II - Plano de trabalho: **Ação: 4264** – Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário -

MPF

III – Plano Interno: **SEGURTIC**

IV – Fonte: 1000000000

V – Elemento de despesa:

a) Para os itens 1, 4 e 5: 33.90.40.06 (LOCAÇÃO DE SOFTWARES) no valor de R\$ 2.478.048,52 (dois milhões, quatrocentos e setenta e oito mil, quarenta e oito reais e cinquenta e dois centavos)

b) Para o item 6: 33.90.40.20 (TREINAMENTO / CAPACITAÇÃO EM TIC) no valor de R\$ 45.599,30 (quarenta e cinco mil, quinhentos e noventa e nove reais e trinta centavos).

10.3 A contratação refere-se a despesas ordinárias e rotineiras da administração, já previstas no orçamento e destinadas à manutenção das ações governamentais preexistentes, dispensam-se as exigências previstas nos incisos I e II do art. 16 da lei complementar nº 101, de 2000.

ANEXO A1 – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. Contratação de solução de backup de dados para o Ministério Público Federal – MPF em conformidade com as especificações técnicas deste Termo de Referência durante o prazo de vigência do contrato, compreendendo:

- 1.1. Subscrição de suporte técnico e atualização da solução Commvault, licenças da CommCell ID FCDF9 (atualmente instaladas o Ministério Público Federal);
- 1.2. Licença perpétua de Commvault por Volume (com 60 meses de suporte do fabricante);
- 1.3. Licença perpétua Commvault - Pacote de 10 Máquinas Virtuais (com 60 meses de suporte do fabricante);
- 1.4. Commvault Cloud Air Gap protect for Commvault Cloud, South America, Azure cool tier, per TB (50 TB);
- 1.5. Commvault Cloud Clean Room Recovery (5 unidades de 10TB);
- 1.6. Treinamento nas novas funcionalidades (itens 4 e 5).

2. A prestação dos serviços deve ser baseada em modelo de remuneração em função dos resultados apresentados, em que os pagamentos são realizados após mensuração, avaliação e validação de métricas quantitativas, contendo metas e indicadores de desempenho, com Instrumento de Medição de Resultado (IMR) definido neste Termo de Referência, de modo a resguardar a eficiência e a qualidade na prestação dos serviços. Assim, os indicadores que compõem o IMR devem ser registrados, monitorados e comparados às metas de desempenho e qualidade estabelecidas, em termos de prazo e efetividade.

3. Mecanismos formais de comunicação

3.1. A comunicação entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE será feita por meio do(s) Fiscal(is) do Contrato (por parte do CONTRATANTE) e do Preposto (por parte da CONTRATADA);

3.2. São instrumentos formais de comunicação entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA:

- i) E-mails;
- ii) Ordem de serviço e todos os registros e documentos eletrônicos associados em ferramenta definida para essa finalidade pelo CONTRATANTE;
- iii) Atas de reunião;
- iv) Ofícios.

3.3. Para o apoio aos instrumentos formais de comunicação, deve ser previsto um canal de comunicação direto entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA para esclarecimento de dúvidas, tais como: telefone 0800, ou equivalente gratuito, ou chat (conversação on line).

4. Do perfil e da qualificação técnica dos profissionais da CONTRATADA

4.1. A CONTRATADA deverá desempenhar suas atividades por intermédio de técnicos especializados e qualificados nos equipamentos que darão suporte aos serviços;

4.2. Todos os técnicos da CONTRATADA que prestam serviços ao CONTRATANTE deverão possuir treinamento nos produtos ativados, o que deverá ser comprovado através de certificados ou declarações do fabricante, e experiência comprovada de no mínimo 2 (dois) anos na tecnologia do produto ofertado;

4.2.1. As comprovações devem ser apresentadas em até 30 dias após a reunião inicial;

4.2.2. Em caso de substituição de profissional, as comprovações deverão ser apresentadas em até 30 dias após o início de suas atividades;

4.2.3. Em caso de descumprimento desses prazos, poderão ser aplicadas as penalidades do contrato.

4.3. A CONTRATADA deverá possuir profissional em seu quadro de colaboradores, sem possibilidade de repasse a terceiros, para executar, sob sua gerência, os serviços necessários de suporte da ferramenta de backup. O profissional atuará de forma remota, integrado à Central de Atendimento da CONTRATADA e aos processos definidos nesta especificação, devendo para tal ser especializado e qualificado de maneira a possibilitar o apoio adequado às demandas do CONTRATANTE;

4.4. O profissional poderá ser acionado para atendimento presencial, quando necessário, a critério do CONTRATANTE;

4.5. A CONTRATADA deverá prover a integração do serviço de suporte ao backup à Central de Atendimento, bem como aos processos definidos na especificação do serviço em regime de 24x7, durante toda a vigência do contrato;

4.5.1. As demandas deverão ser registradas em sistema de chamados disponibilizado pela CONTRATADA e seguirá os prazos e critérios objetivos descritos nos Níveis de Serviço deste Termo de Referência, estabelecidos com a finalidade de aferir e avaliar diversos fatores relacionados à prestação de serviços como qualidade, desempenho, disponibilidade, custos, abrangência e segurança;

4.5.2. Os tempos de atendimento e resolução máxima de cada tipo de demanda está especificado nos Níveis de Serviço de acordo com o grau de criticidade, natureza e característica de cada serviço.

4.6. Durante os atendimentos, todos os técnicos da CONTRATADA devem apresentar-se devidamente identificados em seu nome.

5. Da iniciação contratual

5.1. A CONTRATADA deverá participar de uma reunião inicial com o CONTRATANTE em até 05 (cinco) dias úteis após a emissão da Ordem de Serviço inicial;

5.1.1. A critério do CONTRATANTE, a reunião poderá ser realizada de forma virtual.

5.2. Devem participar efetivamente dessa reunião, no mínimo, o Preposto da CONTRATADA e o(s) Fiscal(is) do Contrato;

5.3. Na reunião inicial serão tratados os seguintes assuntos:

5.3.1. Ajustar os recursos dos ambientes da CONTRATADA e do CONTRATANTE;

5.3.2. Apresentar e sanar dúvidas sobre a sistemática de gestão dos serviços;

5.3.3. Ratificação por parte do CONTRATANTE das quantidades para ativação inicial dos itens que compõem a contratação;

5.3.4. Contatos com indicação de cargo e responsabilidades (nome, email, telefone, etc);

5.3.5. Apresentação das equipes do CONTRATANTE e da CONTRATADA, com a indicação do gerente de projetos da CONTRATADA;

5.3.6. Absorver conhecimentos, pela CONTRATADA, inerentes aos serviços contratados;

5.3.7. Validar os fluxos e processos inerentes à gestão contratual;

5.3.8. Definição dos treinamentos;

5.3.9. Requisitos e informações para cadastramento de acesso à solução de administração dos serviços.

5.4. A CONTRATADA deve assinar e entregar ao CONTRATANTE, antes da reunião inicial, o termo de confidencialidade e sigilo, conforme modelo contido no Anexo B – Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo à Minuta de Termo de Contrato. Esses documentos estabelecem as condições para a prestação dos serviços acerca do sigilo das informações custodiadas, do acesso restrito das informações aos técnicos designados para os serviços e da propriedade intelectual de todos os produtos e conhecimento advindos da execução do contrato. Portanto, devem ser reconhecidos por todos os funcionários, terceirizados e parceiros que venham executar serviços no âmbito do contrato. Para isso, todos eles devem assinar o termo de ciência, conforme modelo contido no ANEXO A5 – Declaração de Ciência do Termo de Compromisso e Manutenção do Sigilo;

5.4.1. Os documentos devem ser entregues digitalizados por meio do Sistema de Protocolo Eletrônico do MPF.

5.5. A CONTRATADA deverá apresentar, em até 5 (cinco) dias úteis após a realização da reunião inicial, para posterior aprovação pelo CONTRATANTE, o Plano de Implantação;

5.5.1. Do Plano de Implantação devem constar os prazos e atividades necessários para a disponibilização da solução contratada;

5.5.1.1. As licenças e subscrições deverão estar disponíveis em até 15 (quinze) dias corridos.

5.6. O CONTRATANTE analisará, em até 3 (três) dias úteis, o Plano de Implantação apresentado, aprovando-o ou recusando-o de forma fundamentada;

5.6.1. No caso de recusa, a CONTRATADA deverá apresentar novo plano no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, após o recebimento do comunicado do CONTRATANTE;

5.6.2. Em caso de aprovação, o CONTRATANTE comunicará a CONTRATADA para que inicie as atividades de implantação no primeiro dia útil seguinte a contar do recebimento da comunicação.

5.7. Após a aprovação do Plano de Implantação pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos para a conclusão das atividades do plano;

5.8. O CONTRATANTE poderá, a seu exclusivo critério e justificadamente, dilatar os prazos anteriormente estabelecidos.

6. Plano de sustentação e transição contratual

6.1. Recursos necessários à continuidade do negócio durante e após a execução do contrato

6.1.1. Recursos Materiais

6.1.1.1. Não se aplica.

6.1.2. Recursos Humanos

6.1.2.1. Equipe do CONTRATANTE.

6.2. Estratégia de transição contratual

6.2.1. Não se aplica.

6.3. Ações de transição contratual

6.3.1. Não se aplica.

7. Da integração com outras CONTRATADAS e equipes do CONTRATANTE

7.1. Durante a prestação dos serviços, a CONTRATADA poderá ser demandada a receber solicitações do CONTRATANTE, e de outras contratadas autorizadas por este, por meio dos canais de atendimento e tratá-las de acordo com os níveis de serviço;

7.2. A CONTRATADA deverá, durante toda a vigência contratual, permitir a integração entre a sua solução e as ferramentas de Service Management (ITSM) das contratadas dos serviços gerenciados de segurança, e demais contratadas que o CONTRATANTE especificar, de forma que possa receber chamados em nome deste através desses canais.

8. Especificações técnicas

8.1. Os serviços relacionados à solução de backup deverão ser prestados de forma contínua e sem interrupções, durante toda a vigência do contrato, nas dependências do CONTRATANTE;

8.2. Do suporte e da atualização da solução Commvault

8.2.1. As subscrições de suporte e atualização deverão possibilitar, durante o período de vigência, a obtenção de atualizações de versão, possibilitando a utilização de novos recursos, correções de bugs e vulnerabilidades que porventura venham a ser identificados, provendo a garantia de evolução tecnológica e funcionamento adequado da solução;

8.2.2. As subscrições de suporte também deverão disponibilizar a possibilidade de suporte junto ao fabricante no formato 24x7, assim como diretamente pela CONTRATADA;

8.2.3. A CONTRATADA deverá ser capaz de efetuar o suporte on-line, através da utilização de ferramenta de acesso remoto, mediante autorização do CONTRATANTE;

8.2.4. Será responsabilidade da CONTRATADA reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir todo e qualquer problema ou vício, encontrado na solução de backup, resultante da parametrização ou customização da solução;

8.2.5. A CONTRATADA também deverá atuar junto às atividades de resolução de problemas, correção de falhas, independentemente de correções tornadas públicas, desde que tenham sido detectadas e formalmente comunicadas, bem como sanar dúvidas relacionadas à instalação, configuração e uso de eventuais novos recursos da ferramenta;

8.2.6. A CONTRATADA deverá executar instalações e configurações de novas versões entregues, quando solicitadas através de chamados técnicos, bem como efetuar a transferência de conhecimento para a equipe técnica a fim de se ter independência em novas instalações do produto;

8.2.7. Em caso de detecção de erros ou falhas no software, a CONTRATADA, junto com o fabricante da solução de backup, deverá fornecer as versões ou "patches" necessários à correção do problema;

8.2.8. Esclarecimentos de dúvidas da equipe técnica do CONTRATANTE sobre a solução Commvault, deverão ser encaminhadas à CONTRATADA através de chamados de suporte técnico;

8.2.9. Caso a CONTRATADA não consiga resolver o problema por meio de assistência remota, a critério do CONTRATANTE, deverá realizar uma ação de visita às dependências do CONTRATANTE para sanar o problema e restabelecer o funcionamento normal da solução, sem prejuízo dos prazos definidos nos Níveis de Serviço. A CONTRATADA, neste caso, deve prover o serviço no local e se responsabilizar por todos os custos e despesas necessárias para o perfeito funcionamento da solução;

8.2.10. Os atendimentos de suporte técnico presencial devem ser providos na sede do CONTRATANTE ou em local designado por este, por profissionais especializados e deverá cobrir todo e qualquer defeito apresentado, incluindo os serviços de instalação, reconfiguração, ajustes, reparos/correções, programações/reprogramações necessárias para recolocar a solução contratada em perfeito estado de funcionamento e atendendo aos requisitos especificados neste Termo de Referência;

8.2.10.1. O atendimento presencial se dará nos ambientes de datacenter do CONTRATANTE:

8.2.10.1.1. Na PGR, das 7 às 21h, de segunda a domingo;

8.2.10.1.2. No colocation contratado, das 8 às 22h, de segunda a sexta.

8.2.11. Durante a vigência do contrato, a CONTRATADA deverá garantir o adequado funcionamento do serviço, prestando todo tipo de suporte técnico, manutenção e apoio técnico necessário, tanto para a manutenção da solução, quanto para suporte a configurações e programações necessárias para se obter todas as funcionalidades exigidas do objeto contratado;

8.2.12. Todas as solicitações serão direcionadas e concentradas no sistema de chamados disponibilizado pela CONTRATADA, sendo um único ponto, que permita o acompanhamento de todos os chamados pelo CONTRATANTE.

8.2.13. A CONTRATADA deverá manter o histórico completo de cada solicitação, desde a abertura até a resolução.

8.2.14. Todos os registros no sistema de chamados deverá permitir no mínimo as seguintes opções de aferição:

8.2.14.1. Do tempo total de atendimento do chamado;

8.2.14.2. Do tempo que o chamado permaneceu em cada estado;

8.2.14.3. Se determinado chamado foi ou não reaberto;

8.2.14.4. Da quantidade total de chamados atendidos em determinado período;

8.2.14.5. Da quantidade total de chamados atendidos dentro do prazo esperado, durante determinado período; e

8.2.14.6. Da quantidade total de chamados reabertos, em determinado período.

8.2.15. O prazo de atendimento dos chamados será contado a partir do contato com a CONTRATADA. As solicitações deverão ser respondidas quando da sua execução, com o respectivo protocolo de atendimento;

8.2.16. Para a execução de atendimento, é necessária a autorização do CONTRATANTE quando da instalação ou desinstalação de quaisquer softwares que não façam parte da solução contratada;

8.2.17. Na ocorrência de incidentes graves, com comprometimento sistêmico da solução ofertada (indisponibilidade de serviço que afete a efetividade da solução de forma significativa ou que acarrete em parada das atividades de backup), o suporte técnico se dará de forma ininterrupta até a completa resolução do caso, ou aplicação de solução de contorno aceita pela equipe técnica do CONTRATANTE;

8.2.18. A CONTRATADA deve atender as demandas de suporte técnico e utilizar o escalonamento com a fabricante sempre que necessário;

8.2.19. Nos casos em que as manutenções necessitem de paradas da solução, o CONTRATANTE deverá ser imediatamente notificado para que se proceda à aprovação da manutenção ou para que seja agendada nova data, a ser definida pelo CONTRATANTE, para a execução das atividades de manutenção;

8.2.20. A equipe técnica do CONTRATANTE terá competência e total autonomia para executar ações de administração, gerenciamento e configuração da solução Commvault, podendo promover alterações e reconfigurações sempre que as julgarem necessárias, sem prejuízo das responsabilidades da CONTRATADA nos termos deste Termo de Referência.

8.3. Da aquisição de novas licenças da solução Commvault

8.3.1. Licença perpétua de Commvault por Volume

8.3.1.1. A CONTRATADA deverá fornecer licença, na modalidade perpétua, do tipo Commvault Backup & Recovery com base no volume de TB (Terabytes) protegidos no Front-End;

8.3.1.2. As licenças a serem fornecidas devem ser do mesmo tipo e possuir a mesma categoria de suporte das licenças já vinculadas ao Commcell ID FCDF9;

8.3.1.3. As licenças ofertadas deverão ter subscrições de suporte durante a vigência do contrato sem custos adicionais;

8.3.1.4. Para as novas licenças adquiridas ao longo do contrato deverão ser observadas as especificações contidas no item do suporte e da atualização da solução Commvault deste documento.

8.4. Licença perpétua Commvault - Pacote de Máquinas Virtuais

8.4.1. A CONTRATADA deverá fornecer licença, na modalidade perpétua, do tipo Commvault Backup & Recovery para ambientes de virtualização, com pacotes pré-definidos de 10 máquinas virtuais (VMs);

8.4.2. Deverá suportar a proteção de dados de máquinas virtuais localizadas em nuvem pública (Microsoft Azure, AWS, Google Cloud Platform e Oracle Cloud Infrastructure) e on-premises (VMware);

8.4.3. Possuir suporte a backup e restore de máquinas virtuais VMware 7 ou superior através de vStorage API com as seguintes características:

8.4.3.1. Deverá permitir a proteção das máquinas virtuais através das cópias das imagens completas ou por seleção de discos específicos (vmdk);

8.4.3.2. Deverá permitir a restauração granular das máquinas virtuais protegidas;

8.4.3.3. Deverá possuir a capacidade de efetuar a proteção de máquinas virtuais independente de estado, ou seja, ainda que estejam desligadas;

8.4.3.4. Deverá suportar o uso da funcionalidade CBT (Change Block Tracking);

8.4.3.5. Deverá possuir capacidade de realizar backup de maneira off-host, sem a necessidade de instalação de agentes nas máquinas virtuais;

8.4.3.6. Deverá permitir restaurar e iniciar a execução de uma máquina virtual de forma instantânea, ou seja, a partir dos dados contidos no próprio repositório de backup;

8.4.3.7. Deverá ter opção de recuperação instantânea de arquivos que estão dentro dos backups das máquinas virtuais. Devendo permitir o acesso ao conteúdo dos discos virtuais dessas máquinas, sem a necessidade de recuperar o backup completo e iniciar a máquina virtual;

8.4.3.8. Deverá possuir a capacidade de movimentação dos dados de backup e restore através da SAN e/ou LAN utilizando os métodos de transporte SAN (LAN-free), NBD e HotAdd.

8.4.4. Deverá suportar backup do Oracle Database (versão 12 e superior), incluído arquitetura Oracle RAC, através da integração com RMAN;

8.4.5. Possuir funcionalidade para descoberta automática de instâncias Oracle através de consultas aos clientes de bancos de dados.

8.5. Commvault Cloud Clean Room Recovery

8.5.1. A CONTRATADA deverá fornecer licença de subscrição CV-CLNRM-10TB, Commvault Clean Room Recovery, suficiente para a recuperação dos dados armazenados na solução Commvault Cloud Air Gap Protect (volumetria estimada em 50TB);

8.5.2. A solução deverá prover a recuperação de dados em um ambiente isolado, segregado do ambiente de produção, de forma que não haja riscos de recuperação do ambiente com dados “contaminados” por malwares ou softwares maliciosos;

8.5.3. A solução deverá permitir testes de recuperação (simulações) de cargas de trabalho (máquinas, aplicações, bancos de dados), sem impacto para o ambiente de produção;

8.5.4. A solução deverá ter suporte ao uso de políticas de retenção imutáveis e controles que impeçam exclusão ou modificação não autorizada dos dados restaurados no ambiente segregado;

8.5.5. As fontes de dados utilizados para as restaurações devem ser providas por cópias imutáveis, garantindo que os dados sejam confiáveis e protegidos contra alterações;

8.5.6. Deve permitir a realização de análise forense dos dados restaurados, permitindo a identificação de malwares, scripts maliciosos e outros tipos de ameaças, visando a recuperação de dados considerados “limpos” para o ambiente de produção;

8.5.7. O ambiente disponibilizado deverá permitir a realização de testes de recuperação regulares, sem periodicidade mínima definida, assim como não deverá haver custos adicionais por suas realizações;

8.5.8. A solução deverá fornecer logs de auditoria detalhados, contendo informações sobre as recuperações, permitindo a rastreabilidade de todas as ações executadas dentro do ambiente disponibilizado;

8.5.9. O tráfego dos dados necessários para as restaurações, assim como a possível migração dos dados para o ambiente de produção, deve ser feito de forma segura (criptografada);

8.6. Commvault Cloud Air Gap Protect

8.6.1. A CONTRATADA deverá fornecer licença de subscrição CV-MCS-SC-TB, Commvault Cloud Air Gap Protect for Commvault Cloud Azure Cool Tier, baseada na volumetria de até 50TB;

8.6.2. A solução deverá prover armazenamento isolado (“air gap”) virtual, de modo que as cópias de backup armazenadas não possam ser acessadas e nem modificadas a partir do ambiente

de produção do CONTRATANTE, sendo permitido o acesso apenas mediante rede segura, com autenticação forte, controle de privilégios e validação criptográfica de identidade;

8.6.3. Deve oferecer a opção de imutabilidade para os dados de backup, com controles multi-camadas (lock, retenção, políticas de retenção bloqueadas) para impedir modificações não autorizadas;

8.6.4. Deve priorizar a segurança dos dados, empregando criptografia, protocolos seguros e controle de acesso para proteger os dados durante a transmissão e o armazenamento, oferecendo recursos de conformidade para atender aos requisitos regulatórios, como a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) ou a “General Data Protection Regulation” (GDPR);

8.6.5. Fornecer uma console de gerenciamento que permita aos administradores monitorarem e gerenciarem os recursos do repositório de backup em nuvem;

8.6.6. É responsabilidade da CONTRATADA a instalação, operação de backup e restore, o monitoramento, a manutenção e o suporte da solução de repositório em nuvem aqui contratada;

8.6.7. A CONTRATADA realizará as configurações necessárias para que as retenções dos dados armazenados na solução de repositório em nuvem estejam de acordo com a política de backup do CONTRATANTE (IN SG/MPF nº 3, de 06 de março de 2023);

8.6.8. Os eventuais processos de restore, demandados pela equipe técnica do CONTRATANTE, ocorrerão sem custos adicionais para o CONTRATANTE;

8.6.9. A CONTRATADA deverá garantir a inviolabilidade dos dados retidos em seu ambiente computacional em nuvem, por sua parte ou de terceiros;

8.6.10. A CONTRATADA deverá comunicar ao CONTRATANTE qualquer tipo de tratamento de incidentes de segurança de redes computacionais relacionados aos dados do CONTRATANTE informando as ações de mitigação;

8.6.11. Toda a infraestrutura tecnológica da CONTRATADA deverá estar em território nacional (Brasil).

9. Do suporte técnico e manutenção

9.1. A prestação dos serviços terá início a partir do recebimento definitivo da Ordem de Serviço inicial;

9.2. A CONTRATADA é responsável, durante todo o período de vigência do contrato, por realizar a manutenção preventiva e corretiva de toda a solução, sem custo adicional em relação ao preço contratado;

9.2.1. A manutenção corretiva deverá ocorrer sempre que necessária, dentro dos prazos previstos.

9.3. Os prazos para atendimento de solicitações estão definidos no item 10. Dos Chamados Técnicos e Dos Prazos deste documento;

9.4. O atendimento de primeiro nível será realizado por técnicos do CONTRATANTE, quando disponíveis, que realizarão as verificações básicas acerca da alimentação, conectividade e outros problemas de menor complexidade;

9.5. O atendimento de primeiro nível do CONTRATANTE, não exime a responsabilidade de a CONTRATADA colaborar com essas ações bem como operacionalizar o equipamento que estiver com problemas relacionados aos itens elencados, nos prazos definidos neste Termo de Referência;

9.6. Caso não sejam solucionados no atendimento de primeiro nível ou remotamente, a CONTRATADA deverá deslocar técnico para o local;

9.7. Os atendimentos serão acompanhados pela equipe técnica do CONTRATANTE, que ficará responsável pela verificação da solução dos problemas e pelo fechamento dos chamados.

10. Dos chamados técnicos e dos prazos

10.1. A CONTRATADA deverá prover, sem ônus para o CONTRATANTE, uma Central de Atendimento que possa ser acionada mediante sistema para abertura de chamados, correio eletrônico (e-mail), mensagem eletrônica (ex: whatsapp) e telefone 0800, 24x7, durante a vigência do contrato, e que possa fazer o acompanhamento.

10.1.1. A solução deve permitir a categorização dos chamados com níveis de prioridade;

10.1.2. Os chamados técnicos serão categorizados por grau de severidade e urgência, conforme descrito abaixo:

10.1.2.1. Prioridade alta – a solução de backup será tratada com prioridade “Alta” quando ocorra situação que possa comprometer de forma crítica a continuidade operacional, a integridade ou a restauração de dados essenciais à atividade fim do CONTRATANTE. Erro na recuperação de máquina ou de arquivo em máquina que sofreu falha catastrófica. Erro no backup dos dados. Funcionalidades principais severamente prejudicadas. A Operação prossegue, mas com restrições significativas.

10.1.2.2. Prioridade média – a solução de backup será tratada com prioridade “Média” quando se tratarem de dados ou sistemas que, embora não essenciais para a atividade fim imediata, impactam serviços importantes da organização, cujo atraso compromete parcialmente a operação. Problemas de desempenho nos sistemas ou sobrecarga injustificável na rede de dados, operações deficientes de alguns componentes, mas que ainda continua sendo possível o uso do software;

10.1.2.3. Prioridade baixa - a solução de backup será tratada com prioridade “Baixa” quando se tratarem de dados ou sistemas cuja indisponibilidade ou falha não comprometa a continuidade das atividades principais, sendo possível aguardar sem risco significativo à operação. Questões de uso geral, dúvidas, problemas na utilização, esclarecimentos da documentação, sugestões, solicitações de desenvolvimento de novas características ou melhorias. Impacto mínimo aos usuários.

10.1.3. A urgência será determinada pelo CONTRATANTE na abertura do chamado, e poderá ser utilizada para qualquer equipamento ou software, a seu critério. Como exemplo serão categorizados como urgentes, chamados técnicos de qualquer severidade que envolva equipamentos ou sistemas utilizados em operações especiais, prazos processuais, entre outras;

10.1.4. Os prazos relativos ao atendimento e resolução dos chamados técnicos são os que se seguem, contados em horas corridas da abertura do chamado:

10.1.5. Prioridade Alta:

10.1.5.1. Resposta inicial: até 1 hora após a comunicação da ocorrência.

10.1.5.2. Início da ação de mitigação/restauração: até 4 horas após a comunicação.

10.1.5.3. Solução ou contorno aceitável: até 8 horas após a comunicação, salvo fato superveniente devidamente informado pelo CONTRATANTE.

10.1.6. Prioridade Média:

10.1.6.1. Resposta inicial: até 4 horas após a comunicação.

10.1.6.2. Início da ação de restauração ou mitigação: até 12 horas após a comunicação.

10.1.6.3. Solução ou contorno aceitável: até 24 horas após a comunicação.

10.1.7. Prioridade Baixa:

10.1.7.1. Resposta inicial: até 8 horas após a comunicação.

10.1.7.2. Início da ação de restauração ou mitigação: até 24 horas após a comunicação.

10.1.7.3. Solução ou contorno aceitável: até 72 horas após a comunicação.

10.1.8. Em caso de indisponibilidade da ferramenta padrão de abertura de chamados, os chamados poderão ser realizados por outros meios para o Preposto da CONTRATADA, ou pessoa designada por este, sem prejuízo à apuração dos indicadores, com a finalidade de se ter um atendimento mais célere.

10.2. A CONTRATADA deverá enviar, até o quinto dia útil de cada mês, relatório extraído da ferramenta de atendimento contendo as informações sobre os chamados abertos e fechados no mês de referência para avaliação dos IMR;

10.2.1. O relatório deverá ser emitido em arquivo eletrônico em formato de planilha e enviado e/ou armazenado em condições a serem definidas pelo CONTRATANTE.

10.3. Em caso de indisponibilidade da ferramenta padrão de abertura de chamados, os chamados poderão ser realizados por outros meios para o Preposto da CONTRATADA, ou pessoa designada por este, sem prejuízo à apuração dos indicadores, com a finalidade de se ter um atendimento mais célere.

10.4. Os chamados que demandem atendimento presencial abertos após as 18h00, fuso horário de Brasília, terão seus prazos contados a partir do próximo dia útil;

10.5. As informações referentes a chamados, incluindo providências e ações de resolução tomadas, devem ser armazenadas em sistema de controle de chamados da CONTRATADA, cujo acesso deve estar disponível ao CONTRATANTE. Nesse sentido, devem ser criadas contas de acesso para a equipe de técnicos designada pelo CONTRATANTE para fins de acompanhamento e auditoria de chamados, sendo possível a extração de relatórios compreendendo o período integral do contrato;

10.6. A CONTRATADA deve realizar os devidos escalonamentos de acordo com a prioridade e nível de atendimento dos chamados reportados pelo CONTRATANTE ou pelo sistema de monitoramento da CONTRATADA;

10.6.1. Não sendo possível a resolução do problema de forma remota e havendo necessidade de atuação com presença física na unidade do CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá providenciar o envio de técnico para o atendimento em até 48 (quarenta e oito) horas úteis a partir do diagnóstico da necessidade de atuação com presença física registrado no chamado pelo CONTRATANTE ou pela CONTRATADA.

10.7. A critério exclusivo do CONTRATANTE, a contagem de tempo somente pode ser interrompida:

i) Caso a CONTRATADA apresente, tempestivamente, razões que comprovem a ocorrência de fatos que fogem ao seu controle e aceitas pelo CONTRATANTE;

ii) Quando ações necessárias para a resolução de chamados tenham sido agendadas pela CONTRATADA em conjunto com o CONTRATANTE; e

iii) Quando forem necessárias ações do CONTRATANTE.

10.8. Em qualquer mudança na situação de chamados, deve ser encaminhada uma notificação ao CONTRATANTE com as informações de registro do chamado para endereço eletrônico de e-mail, inclusive quando houver mudança de status interrompendo a contagem de IMR;

10.9. Em qualquer mudança na situação de chamados, quando houver necessidade de ação da parte da CONTRATADA, a contagem de tempo para fins de IMR será iniciada automaticamente;

10.10. Os chamados abertos somente podem ser concluídos e fechados após a autorização do CONTRATANTE;

10.10.1. Ao encerrar cada chamado, o sistema de controle de chamados deve permitir a avaliação da qualidade do atendimento;

10.10.2. Se o CONTRATANTE autorizar a conclusão de chamado, devido à CONTRATADA alegar que não pode resolver o chamado ou que o chamado não diz respeito aos serviços que ela gerencia, e depois ficar comprovado que a CONTRATADA poderia ter investigado melhor o chamado e resolvido o objeto do chamado, este será reaberto e a contagem de tempo será retomada, considerando também o período em que o chamado ficou fechado indevidamente para aferição do índice de medição de resultado. Se o chamado já tiver sido resolvido por técnico do CONTRATANTE, a reabertura terá como finalidade apenas a correção da contagem tempo de atendimento e o tempo de encerramento será considerado aquele que o técnico do CONTRATANTE incluir a evidência no chamado que comprove que a CONTRATADA deveria ter resolvido o problema. Se o chamado ainda não possuir resolução, ele continuará aberto até que a CONTRATADA resolva definitivamente o seu objeto.

10.11. As ocorrências que necessitem de intervenções no ambiente do CONTRATANTE só poderão ser efetuadas após a autorização dos Fiscais do Contrato;

10.12. Entende-se por primeiro atendimento o contato inicial realizado pelo técnico da CONTRATADA com o solicitante, após a abertura do chamado, para início da resolução do problema;

10.13. Considera-se prazo para atendimento o período compreendido entre o primeiro atendimento e o correto e adequado diagnóstico do problema;

10.14. Considera-se prazo para solução o período compreendido entre o correto e adequado diagnóstico do problema e o término do atendimento, com o retorno à operação;

10.15. A critério do CONTRATANTE, o início do atendimento, assim como a sua execução, poderá ser agendado ou adiado. Nesses casos, ficam suspensas a contagem de horas para a solução final;

10.16. A frequência de aferição e avaliação dos serviços deve ser mensal;

10.17. O Relatório de Serviços Prestados (RSP) deve conter índices de medição de resultado acordados e alcançados, resultados obtidos e custos despendidos, estatísticas de disponibilidade de serviços e de desempenho de chamados, além de informações históricas sobre os dados coletados;

10.18. O relatório deverá ser emitido em arquivo eletrônico em formato de planilha e enviado e/ou armazenado em condições a serem definidas pelo CONTRATANTE;

10.19. O Relatório de Serviços Prestados (RSP) deve conter, no mínimo:

10.19.1. Resumo Financeiro detalhado por Unidade do CONTRATANTE, contendo valores por serviço e por quantidades, contendo, no mínimo:

10.19.1.1. Valor mensal consolidado e por item de serviço;

10.19.1.2. IPA – Índice de Prazo de Atendimento, discriminado por item de serviço contendo, no mínimo:

10.19.1.2.1. Evolução, contendo, no mínimo, as seguintes informações do mês de referência e respectiva série histórica, anual, pelo menos:

10.19.1.2.2. Quantitativo de tickets abertos pelo CONTRATANTE e pela CONTRATADA;

10.19.1.2.3. Quantitativo de tickets por status;

10.19.1.2.4. Quantitativo de tickets abertos por atividade (solicitação);

10.19.1.2.5. Quantitativo de tickets encerrados/cancelados por atividade (solicitação);

10.19.1.2.6. Quantitativo de tickets abertos por item de serviço;

10.19.1.2.7. Quantitativo de tickets encerrados/cancelados por item de serviço.

10.19.1.2.8. Estatísticas, contendo, no mínimo, as seguintes informações do mês de referência e respectiva série histórica anual:

10.19.1.2.9. Quantitativo de tickets abertos por solicitante;

10.19.1.2.10. Quantitativo de tickets abertos por intervalo horário;

10.19.1.2.11. Quantitativo de tickets abertos por semana.

10.19.1.3. Backlog, contendo, no mínimo, as seguintes informações do mês de referência e respectiva série histórica anual:

10.19.1.3.1. Quantitativo de tickets em backlog;

10.19.1.3.2. Quantitativo de tickets em backlog encerrados;

10.19.1.3.3. Quantitativo de tickets em backlog cancelados;

10.19.1.3.4. Descrição do ticket contendo, no mínimo: número do ticket, data de abertura, tipo (solicitação), atividade e descrição sumária.

10.19.1.4. Valor final faturado.

10.20. A entrega do relatório é condição para o pagamento dos serviços. Durante a vigência do contrato, o CONTRATANTE pode solicitar reuniões de avaliação dos índices de medição de resultado, ajustes na prestação do serviço e esclarecimentos julgados necessários;

10.21. O relatório mensal de serviços poderá sofrer alterações no decorrer do contrato para melhor se adequar aos processos internos do CONTRATANTE;

10.22. Os IMR e o seu impacto no pagamento estão descritos no item 13. Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

11. Horário de execução dos serviços

11.1. Disponibilidade dos serviços presenciais:

11.1.1. Na PGR, das 7 às 21h, de segunda a domingo;

11.1.2. No colocation contratado, das 8 às 22h, de segunda a sexta.

11.2. O suporte remoto será 24x7.

11.3. O CONTRATANTE obriga-se a informar previamente à CONTRATADA, em prazo mínimo de 05 (cinco) dias úteis, eventuais períodos de atividades extraordinárias bem como mudança nos horários e dias de atendimento.

12. Do Treinamento das Equipes Técnicas

12.1. O treinamento deverá ser por meio de videoconferência, com no mínimo 20 (vinte) horas de duração, em língua portuguesa do Brasil, para turma de até 20 pessoas e incluir a realização de atividades práticas;

12.1.1. A CONTRATADA deverá fornecer toda a infraestrutura necessária para execução das atividades práticas.

12.2. A CONTRATADA deverá prover a capacitação das equipes técnicas do CONTRATANTE em conhecimentos mínimos das novas tecnologias implantadas a fim de fiscalizar os serviços de forma mais eficiente. A ementa do curso deverá ser, contemplando no mínimo os seguintes itens:

- 12.2.1. Utilização das ferramentas administrativas da solução;
- 12.2.2. Diagnóstico de problemas (troubleshooting);
- 12.2.3. Monitoramento;
- 12.2.4. Implantação e gestão do software;
- 12.2.5. Otimização de desempenho;
- 12.2.6. Arquitetura da ferramenta;
- 12.2.7. Configurações específicas relacionadas a bancos de dados, log e virtualização;
- 12.2.8. Simulação de desastre seguido de processo de recuperação;
- 12.2.9. Uso de todas as opções de recuperação de dados disponíveis na ferramenta;
- 12.2.10. Funcionalidades com os principais serviços em Nuvem.

12.3. O treinamento deverá iniciar a partir de uma Ordem de Serviço, de acordo com o modelo previsto no ANEXO A3 – Ordem de Serviço, específica para esse fim;

12.4. Todo o treinamento e sua documentação deverão ser previamente aprovados pelo CONTRATANTE e passarão a fazer parte do seu acervo documental;

12.5. Após a realização dos treinamentos, a CONTRATADA deverá emitir certificado de participação discriminando nome do treinamento, datas de início e término, nome do participante e carga horária;

12.6. Deverá ser fornecido o material didático, em mídia eletrônica, com abrangência de todo o conteúdo programático;

12.7. O treinamento deverá ser gravado e disponibilizado ao CONTRATANTE. A gravação será usada apenas para fins de difusão interna no âmbito deste;

12.8. Todos os participantes deverão realizar a avaliação do(s) treinamento(s) ao seu término. Caso a média da avaliação seja inferior a 7 (sete) de 10 (dez), a CONTRATADA deverá:

- a) Repetir o treinamento, sem ônus ao CONTRATANTE, com a substituição obrigatória do instrutor;
- b) O novo treinamento deverá iniciar em até 05 (cinco) dias úteis da data em que a CONTRATADA for informada da necessidade de repetição;
- c) Havendo necessidade de uma terceira repetição de um mesmo treinamento, a CONTRATADA ficará sujeita às sanções previstas no contrato, a critério do CONTRATANTE.

12.9. A(s) Ordem(ns) de Serviço de treinamento só deverá(ão) ser registrada(s) como fechada(s) (equivalente a um recebimento definitivo) quando a média da avaliação do treinamento for igual ou superior a 7 (sete) de 10 (dez);

12.10. Todos os treinamentos deverão ser com conteúdo oficial do fabricante da solução e serem prestados por instrutor qualificado para tal.

13. Instrumento de Medição de Resultado (IMR)

13.1. IPA – Índice de Prazo de Atendimento

Indicador	
IPA – Índice de Prazo de Atendimento	
Item	Descrição
Finalidade	Medir se os prazos de atendimento dos chamados técnicos estão sendo atendidos como estabelecido neste Termo de Referência
Meta exigida	IPA maior ou igual a 90%
Instrumento de Medição	IPA
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	$\text{IPA} = (\text{Total de chamados técnicos atendidos no prazo} / \text{Total de chamados técnicos abertos}) \times 100$
Início de Vigência	A partir da emissão da Ordem de Serviço inicial.
Faixa de Ajuste no pagamento	1% de redução do pagamento para cada 1% abaixo da meta até o limite de 20% do valor total da fatura
Sanções	IPA a partir de 20% abaixo da meta – além da redução do pagamento, aplicação das sanções previstas no contrato, a critério do CONTRATANTE.
Observações	Atendimentos cujo atraso foi decorrente do CONTRATANTE ou de caso fortuito ou de força maior não serão contabilizados. A CONTRATADA pode, em decorrência de caso fortuito ou de força maior, enviar justificativa a ser avaliada pelo CONTRATANTE para, a seu critério, abonar o ajuste no pagamento no período.

ANEXO A2 – PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS COMMVAULT

Arquivo zipado com este edital

ANEXO A3 – ORDEM DE SERVIÇO

ORDEM DE SERVIÇO Nº	nn/AAAA	DATA DE ABERTURA	DD/MM/AAAA
CONTRATO	xx/AAAA	CONTRATADA	XXXXXXXXXXXX
OBJETO			
DESCRIÇÃO			

ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS E VOLUMES DE EXECUÇÃO					
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1.1					
1.2					
1.3					
1.4					
1.5					
TOTAL (R\$)					

CRONOGRAMA				
Id	Tarefa	Início	Fim	Responsável
01		dd/mm/aaaa	dd/mm/aaaa	
DATA FINAL DA ENTREGA DA ORDEM DE SERVIÇO			dd/mm/aaaa	

DOCUMENTOS/ARTEFATOS/SERVIÇOS/PRODUTOS		
Id	Descrição	Data

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

FISCAL TÉCNICO	FISCAL TÉCNICO SUBSTITUTO
<div>XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX</div> <div>Matrícula:</div>	<div>XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX</div> <div>Matrícula:</div>

ANEXO A4 – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES INERENTES À NATUREZA DOS SERVIÇOS

A empresa _____ inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu Representante legal ou preposto, o Sr(a) _____, portador da identidade nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, para todos os fins, estar familiarizado com a natureza e vulto dos serviços especificados, bem como as técnicas necessárias ao perfeito desenvolvimento da execução do objeto. Declara ainda que **tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos descritos no Termo de Referência e seus Anexos**, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros.

Brasília, _____ de _____ de _____.

(Nome Completo do Responsável ou Preposto)

Assinatura

ANEXO A5 – DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DO TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DO SIGILO

INTRODUÇÃO

Visa obter o comprometimento formal dos empregados da contratada diretamente envolvidos no projeto sobre o conhecimento da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL.

IDENTIFICAÇÃO			
Contrato N°:			
Objeto:			
Contratante:			
Gestor do Contrato:		Matr.:	
Contratada:		CNPJ:	
Preposto da Contratada:		CPF:	

Por este instrumento, os funcionários abaixo-assinados declaram ter ciência e conhecer o teor do **TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DO SIGILO** e as normas de segurança vigentes no MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL.

CIÊNCIA
CONTRATADA – Funcionários

<Nome>
Matrícula: <Matr.>

<Nome>
Matrícula: <Matr.>

<Nome>
Matrícula: <Matr.>

<Nome>
Matrícula: <Matr.>

<Nome>
Matrícula: <Matr.>

<Nome>
Matrícula: <Matr.>

<Nome>
Matrícula: <Matr.>

<Nome>
Matrícula: <Matr.>

ANEXO A6 – TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

CONTRATO		ORDEM DE SERVIÇO	
CONTRATADA			
OBJETO			
INF. COMPL.			

Conforme Ordem(ns) de Serviço/Fornecimento nº <número da(s) OS/OF> aprovada(s) formalmente, as partes concordam que os itens a seguir discriminados foram entregues para conferência e homologação de todas as fases e tarefas definidas. Por estarem assim ajustadas, as partes assinam o presente termo dando por entregue e encerradas todas as atividades da <nome da empresa contratada> para o presente recebimento provisório, referente às citadas OS/OF.

ESPECIFICAÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS RECEBIDOS (OU SERVIÇOS CONTINUADOS DISPONIBILIZADOS/ATIVADOS)					
Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Valor (R\$)	Valor Total xx meses (R\$)
VALOR TOTAL					

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Brasília, data da assinatura eletrônica.

FISCAL TÉCNICO
Matrícula:

ANEXO A7 – TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

CONTRATO		ORDEM DE SERVIÇO	
CONTRATADA			
OBJETO			
INF. COMPL.			

Em cumprimento ao disposto no art. 32, inciso VIII, da Instrução Normativa SG/MPF nº 01/2016 **ATESTAMOS** que os serviços e/ou bens integrantes da(s) OS(s) acima identificada(s) **foram executados/entregues no prazo acordado e atendem às exigências especificadas no Termo de Referência da contratação.**

ESPECIFICAÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS RECEBIDOS (OU SERVIÇOS CONTINUADOS DISPONIBILIZADOS/ATIVADOS)

Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Valor (R\$)	Valor Total xx meses (R\$)
VALOR TOTAL					

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

--

Brasília, data da assinatura eletrônica.

COMISSÃO DE RECEBIMENTO DE MATERIAIS - CRMAT

(Em cumprimento à PORTARIA SG/MPF Nº 1267 de 6 DE OUTUBRO DE 2020 que institui a CRMAT)

Cargo/STIC
Membro CRMAT

Mat: xxxxxxxx
Cargo/STIC <i>Membro CRMAT</i> Mat: xxxxxxxx
Cargo/STIC <i>Membro CRMAT</i> Mat: xxxxxxxx

ANEXO II – MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº xx/2026

QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E A EMPRESA XXXXXXXXX.

A União, por intermédio do **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, com sede no SAF Sul – Quadra 04 – Conjunto C - Brasília/DF, CNPJ sob o nº 26.989.715/0050-90, neste ato representada pelo Secretário de Administração, Senhor **THIAGO LONGO MENEZES**, servidor público, matrícula funcional xxxxxxxx, nomeado por meio da Portaria nº 181 de 26/02/2025, no uso da competência atribuída pelo artigo 74, inciso XIV, do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382, de 05/05/2015, ou, nas ausências e impedimentos deste, pelo Secretário de Administração Adjunto, Senhor **DAVI LUCAS BOIS**, servidor público, matrícula funcional xxxxxxxx, nomeado por meio da Portaria nº 173 de 12/06/2020, ambos residentes e domiciliados nesta Capital, doravante designado **CONTRATANTE**, e a **XXXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF sob o nºXXXXXXXXXXXX, estabelecida na Rua XXXXX em XXXXXX-XX, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **XXXXXXXXXXXX**, *(nome e função no contratado)*, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 1.00.000.004275/2024-42 referente Pregão nº xxx/20xx, considerando as disposições estabelecidas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, no Termo de Referência nº 08/2026/ASSAPCON/SUBCORP/SA, na forma de execução indireta, em regime de empreitada por preço unitário mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Solução de backup de dados, para atendimento do Ministério Público Federal – MPF, compreendendo aquisição de licenças, renovação das subscrições de suporte e atualização das licenças da solução de proteção de dados Commvault, vinculadas ao Commcell ID FCDF9 e treinamento.

Parágrafo Único – Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão e ao Termo de Referência, identificados no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1 O prazo de vigência da contratação se inicia a **partir de 1º de outubro de 2026** e terminará após 5 (cinco) anos, nos termos do Art. 106 da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo Único – Dentro da vigência do contrato estão previstos todos os serviços, não apenas os serviços de entrega, mas também as demais obrigações e prazos contidos no Termo de Referência, bem como os procedimentos de recebimentos provisório e definitivo. Destaca-se que os serviços contratados só poderão ser executados durante a vigência do contrato, não restando nenhuma obrigação para as partes contratantes após o término da vigência contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA – ESPECIFICAÇÕES, REQUISITOS, MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1 As especificações, os requisitos, o regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

Parágrafo Primeiro – A prestação dos serviços deverá ter início em data ou prazo fixado em Ordem de Serviço, contado a partir do recebimento da referida Ordem.

Parágrafo Segundo – O prazo de garantia contratual deverá vigorar, no mínimo, por toda a vigência do contrato, conforme disposição contida no subitem 5.11 do termo de referência.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será permitida subcontratação do objeto licitado, conforme subitem 4.9 do termo de referência.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1 O valor estimado do contrato é de R\$ XXXXXX (xxxxxxxxxxxxxxxxxx), conforme discriminado a seguir:

Item	Serviço	Unid.	Quant. Máx.	Valor Unit. ⁽¹⁾ (R\$)	Valor Anual (R\$)
1	Subscrição, Suporte Técnico e Atualização da Solução Commvault, licenças da CommCell ID FCDF9 (atualmente instaladas o Ministério Público Federal)	Serviço	1		
2	Licença perpétua de Commvault por Volume (com 60 meses de suporte do fabricante)	Terabyte	60		
3	Licença perpétua Commvault - Pacote de 10 Máquinas Virtuais (com 60 meses de suporte do fabricante)	Pacote Máq. Virtual	10		
4	Commvault Cloud Air Gap protect for Commvault Cloud, South America, Azure cool tier, per TB (50 TB)	Terabyte	50		
5	Commvault Cloud Clean Room Recovery (5 unidades de 10TB)	Terabyte	50		
6	Treinamento nas novas funcionalidades (itens 4 e 5)	Turma ⁽²⁾	1		
ANO 1					
ANO 2					
ANO 3					
ANO 4					
ANO 5					
TOTAL 60 MESES					
IMPORTANTE: (1) Os valores unitários equivalem a: Item 1: Parcela anual Item 2: Valor unitário TB Item 3: Valor unitário pacote de 10 máquinas virtuais Item 4: Parcela anual para 50 TB Item 5: Parcela anual para 50 TB					

Item 6: Valor unitário da turma

(2) O treinamento deverá ser por meio de videoconferência, com no mínimo 20 (vinte) horas de duração, em língua portuguesa do Brasil, para turma de até 20 pessoas e incluir a realização de atividades práticas.

Parágrafo Único – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 26/02/2026.

6.1.1. Para os ITENS 1, 4 e 5 os valores pactuados não serão reajustados, considerando o pagamento antecipado e a execução única no primeiro ano de vigência, conforme cronograma do Anexo A2 do termo de referência.

6.2. Após o interregno de um ano da data do orçamento referenciado no **subitem 6.1**, o Contratante deverá iniciar o procedimento para reajuste do valor do contrato, mediante a aplicação do **Índice de Custo de Tecnologia da Informação (ICTI/PEA)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, cientificando a Contratada do início da instrução.

6.2.1. Nos reajustes subsequentes, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.2.2. Não iniciado o procedimento de reajuste pela Contratante, compete à contratada solicitar o reajuste até o mês de aniversário da data do orçamento inicial ou, no caso dos reajustes subsequentes, da data dos efeitos financeiros do reajuste anterior, devendo a contratada suportar o ônus da ausência do reajuste em período equivalente a sua inércia.

6.2.3. Mediante negociação entre as partes, e tendo como limite máximo a variação do índice definido no **subitem 6.2**, poderá haver a renúncia, total ou parcial, por parte da contratada, do percentual a ser reajustado.

6.2.3.1. Em caso de ausência de manifestação da Contratada sobre a negociação do reajuste, será concedido o percentual definido pelo Contratante.

6.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante poderá pagar ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.7. O reajuste poderá ser concedido por apostilamento ou mediante termo aditivo, quando coincidente com a sua instrução e conveniente para a Administração.

6.8. As disposições previstas nesta cláusula não impedem a negociação entre os contratantes, a qualquer tempo, a fim de se estabelecer valores mais vantajosos para a Administração, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA– DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO

7.1 A forma de faturamento e o prazo para pagamento à CONTRATADA, bem como as demais condições encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

Parágrafo Único – Na hipótese de inexecução do objeto no prazo do contrato, o valor pago antecipadamente deverá ser devolvido, nos termos do que prevê o § 3º do Art. 145 da Lei nº 14.133/2021, mediante recolhimento administrativo e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 Caberá ao CONTRATANTE:

8.1.1 Prestar informações e esclarecimentos pertinentes e necessários que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA;

8.1.2 Relacionar-se com a CONTRATADA, exclusivamente, por meio de pessoa por ela formalmente indicada;

8.1.3 Conferir o(s) serviço(s) especificado(s) e registrar as divergências quanto à quantidade e/ou qualidade previstas;

8.1.4 Emitir o aceite do objeto contratado após verificação das especificações, rejeitando o que não estiver de acordo, por meio de notificação à CONTRATADA;

8.1.5 Efetuar os pagamentos à CONTRATADA nos prazos previstos na legislação em vigor, após o cumprimento das formalidades legais;

8.1.6 Comunicar à CONTRATADA, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.1.7 O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

8.1.8 O CONTRATANTE, por intermédio de servidor(es) nomeado(s), reserva-se o direito de exercer a gestão e fiscalização sobre os serviços contratados, ficando a cargo da Secretaria de Administração (SA/MPF) aplicar ou propor a aplicação das penalidades previstas neste Contrato ou rescindir o contrato, caso a CONTRATADA descumpra quaisquer das prescrições estabelecidas;

8.1.9 Será(ão) nomeado(s) servidor(es), que ficará(ão) responsável(is) pela, gestão, fiscalização e acompanhamento da execução do objeto contratado, devendo fazer anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados para o fiel cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas. Ademais, caberá ao(s) Gestor(es) atestar a nota fiscal quando do recebimento definitivo, o que não exclui nem reduz as responsabilidades da CONTRATADA;

8.1.9.1 O(s) servidor(es) nomeado(s) para atuarem na gestão, fiscalização e acompanhamento da execução do objeto contratado terá(ão) poderes para:

- a) Definir toda e qualquer ação de orientação, gerenciamento, controle e acompanhamento da execução do Contrato, determinando as providências cabíveis;
- b) Suspender o fornecimento do objeto contratado, total ou parcialmente, a qualquer tempo, no caso de não atendimento aos parâmetros estabelecidos no Termo de Referência, submetendo o assunto à consideração da SA/MPF, para providências;
- c) Recusar qualquer serviço que não for entregue dentro dos parâmetros estabelecidos no Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas quanto à prestação do(s) serviço(s):

- 9.1.1. Indicar formalmente seu preposto;
- 9.1.2. Planejar a execução e a supervisão dos serviços;
- 9.1.3. Realizar os serviços na quantidade, prazos e qualidades especificados, por sua exclusiva conta e responsabilidade, no local indicado pelo CONTRATANTE, em estrita conformidade com as especificações constantes no termo de referência, e no que forem aplicáveis, com as normas pertinentes e com a legislação vigente;
- 9.1.4. Corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, a execução dos serviços em que forem constatadas imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções e que estiverem em desacordo com as especificações, de ofício ou após a notificação formal do CONTRATANTE;
- 9.1.5. Solicitar por escrito e devidamente fundamentado quaisquer modificações na execução dos serviços para análise e decisão do CONTRATANTE;
- 9.1.6. Manter durante todo o período de execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para sua contratação;
- 9.1.7. Arcar com todas as despesas diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE;
- 9.1.8. Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio do CONTRATANTE ou a terceiros, por dolo ou culpa de seus empregados ou de empresa por ela contratada, ficando obrigada a promover a devida restauração e/ou o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias contados a partir da comprovação de sua responsabilidade. Caso não o faça no prazo estipulado, o CONTRATANTE reserva-se o direito de descontar o ressarcimento do valor da nota fiscal/fatura do mês e/ou da garantia, sem prejuízo de poder denunciar o Contrato, de pleno direito, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- 9.1.9. Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução dos serviços;
- 9.1.10. Comunicar o CONTRATANTE, no período máximo de 24 (vinte e quatro) horas antes da data de início da realização dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.11. Nos termos do Art. 116 da Lei 14.133/2021, a CONTRATADA deverá, ao longo de toda a execução do contrato, cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

9.2. Quanto às vedações:

9.2.1. É vedado **ter em seu quadro societário** cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da contratação;

9.2.1.1. A vedação prevista no subitem 9.2.1 não se aplica às hipóteses nas quais a contratação seja realizada por ramo do Ministério Público diverso daquele ao qual pertence o membro ou servidor gerador da incompatibilidade;

9.2.1.2. A vedação constante no subitem 9.2.1 se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os membros e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização;

9.2.1.3. A contratação de empresa pertencente a parente de membro ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo órgão do Ministério Público competente, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório;

9.2.2. Também não será permitido:

9.2.2.1. Reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços discriminados, sem o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE;

9.2.2.2. Permitir que seus empregados pratiquem a venda de quaisquer mercadorias e produtos nas dependências do CONTRATANTE, bem como que executem atividades incompatíveis com as previstas neste Contrato;

9.2.2.3. Utilizar o nome do CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos, sem o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE;

9.2.2.4. Transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Contrato, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.

9.2.3. Nos termos do Art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021, é vedado à CONTRATADA, durante a vigência do contrato, **contratar** cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público do CONTRATANTE que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

9.3. Quanto às obrigações gerais:

9.3.1. Para fins de habilitação, a empresa deverá comprovar regularidade nos termos previstos no Edital de Licitação;

9.3.2. Disponibilizar o endereço comercial, telefone e uma conta de e-mail para comunicação entre as partes, mantendo-os atualizados.

9.3.3. Deverá a CONTRATADA atender e se adequar ao disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);

9.3.4. A CONTRATADA deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, conforme disposto no inciso XVII do art. 92 da Lei nº 14.133/2021;

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1 O CONTRATANTE, atuando como controlador, e a CONTRATADA, atuando na condição de operadora, comprometem-se a cumprir a legislação de proteção de dados pessoais, especialmente, a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018), o Marco Civil da Internet (Lei Federal nº 12.965/14) e demais regulamentos emitidos pelas autoridades competentes, e, de forma específica para o CONTRATANTE, o disposto na Resolução nº 281, de 12 de dezembro de 2023, do Conselho Nacional do Ministério Público, que institui a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e o Sistema Nacional de Proteção de Dados Pessoais no Ministério Público.

10.2 No tratamento de dados pessoais que forem confiados pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA se obriga a:

- a) realizar o tratamento de dados pessoais estritamente para as finalidades estabelecidas neste contrato, observando fielmente as diretrizes e instruções transmitidas pelo CONTRATANTE;
- b) adotar medidas técnicas e administrativas adequadas de segurança que garantam a inviolabilidade, a confidencialidade, a disponibilidade e a integridade dos dados pessoais, nos termos definidos na legislação, em normas administrativas do CONTRATANTE e nos instrumentos contratuais, tais como: (i) mecanismos de autenticação de acesso aos registros, como sistemas de autenticação dupla para assegurar a individualização do responsável pela atividade, (ii) anonimização, pseudonimização e criptografados dados pessoais, quando aplicável, (iii) recursos que permitam a restauração da disponibilidade e do acesso aos dados pessoais de forma rápida em caso de incidente, e (iv) processo de verificação contínua da implementação das referidas medidas técnicas e organizacionais;
- c) manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, com condições de rastreabilidade e de fornecer prova eletrônica a qualquer tempo, contemplando os registros de conexão e de acesso a aplicações, o arquivo acessado, o momento, a duração, o motivo, a identidade do funcionário ou do responsável pelo acesso, consulta ou divulgação, e a identidade dos destinatários dos dados, se for o caso;
- d) facultar acesso a dados pessoais somente em casos estritamente necessários e para pessoal autorizado e que tenha assumido compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados;
- e) permitir a realização de auditorias, incluindo inspeções pelo CONTRATANTE ou por quem por ele autorizado; ou comprovar a conformidade com a LGPD, quando requerida pelo CONTRATANTE;
- f) compartilhar com a CONTRATANTE qualquer requisição de titular de dados pessoais, bem como auxiliar, sempre que demandado, no atendimento de obrigações perante titulares de dados pessoais, autoridades competentes ou quaisquer outros legítimos interessados, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis do pedido;

g) comunicar, de maneira formal e imediata, ao Encarregado de Proteção de Dados Pessoais do CONTRATANTE, com tolerância de no máximo 2 dias úteis, a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções, devendo a comunicação conter, no mínimo, as seguintes informações: (i) data e hora do incidente, (ii) data e hora da ciência pela CONTRATADA, (iii) relação dos tipos de dados pessoais afetados pelo incidente, (iv) quantidade de usuários afetados (volumetria do incidente) e, se possível, a relação desses indivíduos, (v) dados de contato do Encarregado da CONTRATADA ou, não havendo Encarregado, a pessoa junto à qual seja possível obter mais informações sobre o ocorrido, (vi) descrição das possíveis consequências do incidente, e (vii) medidas que estão sendo tomadas para a mitigação dos riscos ou a reversão dos efeitos;

h) informar os motivos da demora, no caso de a comunicação referente ao item anterior não ter sido imediata;

i) anonimizar ou devolver para o CONTRATANTE todos os dados pessoais que lhe foram confiados e descartar, de forma irrecuperável, as cópias, após a satisfação da finalidade respectiva ou o encerramento do tratamento por decurso de prazo ou por extinção de vínculo legal ou contratual, a não ser que a conservação dos dados seja decorrente de uma obrigação legal;

j) não transferir ou compartilhar com terceiros os dados pessoais tratados em razão da presente relação contratual, sem prévia autorização do CONTRATANTE, assumindo todos os ônus decorrentes de qualquer compartilhamento que venha a realizar;

k) caso autorizada a subcontratação, impor ao subcontratado as mesmas obrigações em matéria de proteção de dados presentes nesse instrumento contratual;

l) não realizar transferência internacional de dados pessoais sem prévia autorização do CONTRATANTE; e

m) registrar as atividades que envolvam transferência internacional de dados pessoais, indicando o país ou organização de destino e adotando as garantias necessárias para que a transferência seja realizada de acordo com a legislação de proteção de dados pessoais e as orientações das autoridades competentes.

10.3 O CONTRATANTE pode requisitar, a qualquer tempo, informações a respeito do tratamento dos dados pessoais confiados à CONTRATADA, respeitando-se o sigilo empresarial e as demais proteções legais.

10.4 A CONTRATADA é obrigada a reparar os danos causados ao CONTRATANTE e aos titulares de dados pessoais em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais em violação da legislação de proteção de dados pessoais ou deste contrato, seja diretamente ou por meio de seus empregados, representantes ou terceiros contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente a **5% (cinco por cento) do valor estimado para o primeiro ano do contrato.**

11.1.1. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverão ser prestadas em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.

11.1.2. No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer em até 1 (um) mês contado da homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.

11.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, **a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato**, permanecendo em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.3. A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no **subitem 11.6 deste contrato**.

11.5. Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.6. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.7.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas, **além das glosas decorrentes da apuração do IMR;**

11.7.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA.

11.8. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no **subitem 11.7**, observada a legislação que rege a matéria.

11.9. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

11.10. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

11.11. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

11.12. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

11.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no **prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis**, contados da data em que for notificada.

11.14. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.14.1. O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.14.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais

aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

11.15. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato, que deverá ocorrer no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados do término do contrato ou da sua extinção;

11.16. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.17. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

11.18. A CONTRATADA autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

11.19. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, à CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- f) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- g) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- i) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. **Advertência**, quando à CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d” e “e” do **subitem 12.1**, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “f”, “g”, “h” e “i” do **subitem 12.1**, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d” e “e”, que justifiquem a imposição de **penalidade** mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.2.4. **Multa**:

12.2.4.1. **Multa Moratória**, nos termos do Art. 162 da Lei nº 14.133/2021, quando:

a) ensejar o retardamento da execução do serviço contratado, de forma injustificada, considerado atraso relacionado à **obrigação principal do contrato**, que corresponderá a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) **por dia de atraso** sobre o valor da fatura correspondente ao período que tenha ocorrido a mora ou sobre o valor da parcela inadimplida, conforme o caso, que incidirá até o prazo para a configuração da inexecução contratual, previsto no **subitem 12.2.4.2**;

b) ocorrer atraso no cumprimento de quaisquer outras obrigações não quantificada no contrato, no percentual 0,5% do valor da fatura correspondente ao período que tenha ocorrido a mora ou sobre o valor da parcela inadimplida, conforme o caso, por dia de atraso, até o **décimo quinto dia de mora**;

c) ocorrer atraso na apresentação, suplementação ou reposição da garantia prevista na Cláusula Décima Primeira deste Contrato em até 15 (quinze) dias, no percentual de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso sobre o valor do Contrato, até o máximo de 7,5% (sete vírgula cinco por cento);

12.2.4.2. **Multa Sancionatória** após o **décimo quinto dia de mora**, conforme percentuais incidentes sobre o valor do contrato:

a) multa de **0,5% a 1,0%** para as infrações das alíneas "a", "b", "c", "d" e "e" do **subitem 12.1**, observando a dosimetria mencionada no **subitem 12.7**; e

b) multa de **1,0% a 2,0%** para as infrações das alíneas "f", "g", "h" e "i", do **subitem 12.1**, observando a dosimetria mencionada no **subitem 12.7**.

12.2.4.2.1. No caso das infrações previstas nas alíneas "d", "f", "g", "h" e "i" do **subitem 12.1**, os limites mínimos ou máximos estabelecidos poderão ser ultrapassados em face dos demais critérios de dosimetria mencionados no **subitem 12.6**.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. Além das hipóteses do **subitem 12.2.4.2**, poderá ser imposta multa sancionatória de forma cumulada com todas as sanções previstas neste Contrato, na forma do art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.2.1 Caso não ocorra o pagamento pela multa aplicada, a mesma poderá ser descontada dos valores dados em garantia, nos termos do § 8º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. O atraso superior a 15 (quize) dias corridos no cumprimento da obrigação principal do contrato, de suas obrigações acessórias ou da obrigação específica relativa à garantia contratual, será considerado inexecução parcial do contrato e poderá autorizar o CONTRATANTE a promover a sua rescisão;

12.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.7. Na aplicação das sanções serão considerados os critérios, circunstâncias e procedimentos para a dosimetria previstos na Portaria PGR/MPU nº 178, de 13/09/2023 e no art.156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021;

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no art. 159 da referida Lei nº 14.133, de 2021 e de acordo com a Portaria PGR/MPU nº 69, de 28 de abril de 2023, que regula, no âmbito do Ministério Público da União, a Lei nº 12.846, de 2013.

12.9. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos previstos no art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021, e de acordo com a Portaria PGR/MPU nº 69, de 28 de abril de 2023, que regula, no âmbito do Ministério Público da União, a Lei nº 12.846, de 2013).

12.10. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.12. Os débitos da CONTRATADA para com a CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a contratada possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contratantes.

13.2. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da CONTRATADA pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

13.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, mediante a seguinte dotação:

(i) UG Executora 200100 (SA/MPF);

(ii) Ação:

(iii) Plano Interno:

(iv) Fonte:

(v) Natureza da Despesa:

(vi) Nota de Empenho nº 202xNE000xxx, de xx/xx/2026.

Parágrafo Único – A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Primeiro – O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Parágrafo Segundo – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Terceiro – Nos termos do parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 14.133, de 2021, eventual pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, cuja resposta, por parte da CONTRATANTE, deverá ocorrer, preferencialmente, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do fornecimento da documentação, podendo ser prorrogado por igual período.

Parágrafo Quarto – Nos termos dos artigos 6º e 6º-A da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, a Administração realizará consulta prévia ao Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN, como para a celebração de quaisquer termos aditivos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei 14.133, de 2021 e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – APROVAÇÃO

18.1 O presente Contrato e seus aditivos somente terão eficácia depois de aprovado pelo(a) Sr.(a) Secretário(a)-Geral do Ministério Público Federal, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo inciso XXV, do artigo 6º, do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382 de 05/05/2015 ou pelo(a) Secretário(a)-Executivo(a) da Secretaria-Geral, mediante delegação de competência, atribuída por norma interna.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

19.1 O Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal é o competente para dirimir quaisquer dúvidas que vierem a surgir no cumprimento das obrigações aqui estabelecidas, que não possam ser dirimidas administrativamente.

E, por estarem de pleno acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato, firmado pelas partes e as testemunhas abaixo, por meio de assinatura eletrônica, certificada pelo Sistema de Peticionamento Eletrônico do MPF.

Assinatura Digital
CONTRATANTE

Assinatura Digital
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Assinatura Digital

Assinatura Digital

ANEXO A – AO CONTRATO
(TERMO DE REFERÊNCIA Nº 08/2026 – ASSAPCON/SUBCORP)

ANEXO B – AO CONTRATO
TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO (TCMS)

Com base nas Leis n. 12.527/2011, n. 12.965/2014 e n. 13.709/2018, na Resolução CNMP n. 281/2023, e no(a) * (indicar normativo interno aplicável), eu, * (nome completo), inscrito no CPF n. *, matrícula n. *, na qualidade de *MEMBRO/SERVIDOR/ESTAGIÁRIO/COLABORADOR TERCEIRIZADO*, comprometo-me a manter sigilo dos dados pessoais a que tiver acesso durante minhas atividades no * (ramo ou unidade do MP).

Declaro ciência das seguintes definições legais:

- Dado pessoal: Informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável;
- Dado pessoal sensível: Dados sobre origem racial, convicção religiosa, opinião política, saúde, vida sexual, genética ou biometria;
- Titular dos dados: Pessoa a quem os dados pessoais se referem;
- Banco de dados: Repositório, físico ou eletrônico, que contenha dados pessoais;
- Tratamento de dados: Qualquer operação realizada com dados pessoais (coleta, uso, armazenamento etc.).

Reconheço que o * (*ramo ou unidade do MP*) realiza o tratamento de dados pessoais e que, no exercício de minhas funções, terei acesso a tais informações, incluindo dados sensíveis e de crianças e adolescentes.

Comprometo-me a:

1. Manter sigilo e cautela no tratamento de dados, evitando sua divulgação indevida;
2. Tratar dados pessoais apenas no âmbito de minha atuação e para finalidades legítimas, conforme a LGPD;
3. Não guardar cópias ou registros pessoais dos dados acessados e restituí-los quando solicitado;
4. Informar imediatamente sobre qualquer violação de segurança ou uso indevido dos dados;
5. Cumprir este compromisso mesmo após o término de meu vínculo com a instituição.

Cidade/Estado, __/__/__.

Assinatura do MEMBRO/SERVIDOR/ESTAGIÁRIO/COLABORADOR TERCEIRIZADO

ANEXO III – MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

Local, xx de xxxxx de 2026

[Nome da Empresa proponente]

[Endereço]

[e-mail e telefone]

[CNPJ]

Ao

Ministério Público Federal

Secretaria de Administração do MPF

Ref.: Edital de Pregão 90022/2026 – Proposta

Prezados Senhores,

Apresentamos nossa proposta para o grupo abaixo discriminado no valor total de R\$ _____

Item	Serviço	Unid.	Quant. Máx.	Valor Unit. ⁽¹⁾ (R\$)	Valor Anual (R\$)
1	Subscrição, Suporte Técnico e Atualização da Solução Commvault, licenças da CommCell ID FCDF9 (atualmente instaladas o Ministério Público Federal)	Serviço	1		
2	Licença perpétua de Commvault por Volume (com 60 meses de suporte do fabricante)	Terabyte	60		
3	Licença perpétua Commvault - Pacote de 10 Máquinas Virtuais (com 60 meses de suporte do fabricante)	Pacote Máq. Virtual	10		
4	Commvault Cloud Air Gap protect for Commvault Cloud, South America, Azure cool tier, per TB (50 TB)	Terabyte	50		
5	Commvault Cloud Clean Room Recovery (5 unidades de 10TB)	Terabyte	50		
6	Treinamento nas novas funcionalidades (itens 4 e 5)	Turma ⁽²⁾	1		
ANO 1					
ANO 2					
ANO 3					
ANO 4					
ANO 5					
TOTAL 60 MESES					
IMPORTANTE: (1) Os valores unitários equivalem a: Item 1: Parcela anual Item 2: Valor unitário TB Item 3: Valor unitário pacote de 10 máquinas virtuais Item 4: Parcela anual para 50 TB Item 5: Parcela anual para 50 TB Item 6: Valor unitário da turma (2) O treinamento deverá ser por meio de videoconferência, com no mínimo 20 (vinte) horas de duração, em lín-					

gua portuguesa do Brasil, para turma de até 20 pessoas e incluir a realização de atividades práticas.

Declaramos, expressamente, que:

1. A presente Proposta é válida por (.....) dias a partir desta data *(no mínimo 60 dias)*
2. Concordamos, integralmente e sem qualquer restrição, com as condições da contratação estabelecidas no Edital e seus anexos
3. Para fins de contratação junto ao Ministério Público Federal:

☐ O quadro societário desta empresa não possui cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nem pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

☐ O quadro societário desta empresa possui cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e/ou pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, abaixo identificado.

Nome do Membro/Servidor: _____

Cargo: _____

Órgão de Lotação: _____

Grau de Parentesco: _____

4. A nossa proposta inclui a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.

Dados Bancários:

Banco: _____

Agência: _____

Conta: _____

Atenciosamente,

[Nome da Empresa Proponente]

[Representante Legal]

....., de de 2026

MPF



ADMINISTRAÇÃO